



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais

**UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
O Indígena Amazônico como ponto de tensão.**

Maria Emilia Ribeiro Macedo

Trabalho Final do Eixo de Pesquisa Científica
Orientado por Jimmy Casas Klausen

Rio de Janeiro
2020.1



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais

**UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
O Indígena Amazônico como ponto de tensão.**

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Maria Emilia Ribeiro Macedo
Trabalho Final do Eixo de Pesquisa Científica
Orientado por Jimmy Casas Klausen

Rio de Janeiro
2020.1

One thing that can be said is that development is a powerful term, it has the power to fascinate, seduce and create dreams and expectations. McEwan, 2019.

Agradecimentos

Antes de tudo gostaria de agradecer a minha família que possibilitou minha chegada até aqui. À minha mãe Mali, minha inspiração cotidiana de força que me motiva a sempre ir mais longe. Ao meu pai Sifredo, que com sua constante admiração me dá coragem e amor para enfrentar todos os obstáculos. Ao tesouro da minha vida, minha irmã Olivia que preenche meus dias de alegria e orgulho. Ao meu avô João Carlos que me proporciona todas as oportunidades do mundo e reage sempre com fervor as minhas conquistas. A minha avó Bere que me transmitiu a curiosidade em relação ao mundo e uma vontade incessante de aprender.

Em segundo lugar e não menos importante agradeço a todos os professores e docentes do IRI que foram fundamentais em minha trajetória e me ensinaram a ver o mundo de forma mais crítica. Os quatro anos que passei aprendendo nesse instituto me tornaram a pessoa que sou hoje, me abriram os olhos para incontáveis injustiças e me deram força para tentar combatê-las. Um agradecimento super especial à Manu Trindade, um exemplo de educadora, por toda a atenção e carinho ao longo dos anos, ao Jimmy pela orientação desse trabalho e a Maria Elena, com quem eu infelizmente só entrei em contato nesse último período mas que foi essencial para redação deste projeto. Impossível também não conferir um momento de destaque ao Paulinho, cujas aulas me inspiraram de forma particular, e ao Cafred que me ajudou demais durante a graduação e me abriu diversos caminhos nesse mundão.

Por fim quero agradecer de coração a todos os meus amigos que me acompanharam durante todo esse trajeto, teria sido muito chato sem vocês! Obrigada por todos os momentos que tornaram o Rio de Janeiro um espaço de construção conjunta e um lugar aonde hoje eu sei que tenho várias casas. Carol, Gabi, Matilda, Milena, Mateus, Pedro, Gustavo, Felipe, Bila, Cacaia, Igor meu mais sincero muito obrigada. Não poderia deixar de mencionar com mais atenção minhas parcerias especiais, que tornaram minha casa um ambiente mais vivo e agradável e me fizeram companhia nos dias solitários: Bia obrigada por andar sempre do meu lado e me fazer ver o mundo de forma mais divertida. Maria, meu xodozinho paulista sem quem eu não sei existir. William, que apesar dos pesares eu carregarei no peito pra sempre e com um carinho infinito. Marina, meu cérebro gêmeo que eu

amo de paixão. E por ultimo mas mais importante, minha primeira amizade na Pontifica, a pessoa sem a qual eu não seria ninguém e que entre tapas e beijos me tornou um ser humano melhor, aquela que me enche de orgulho e vontade de ver crescer, Duda Eduarda meu amor por você é infinito e tenho certeza que essa amizade ainda tem muita história pela frente.

Uma menção especial ao meu irmão de alma Pedro, que me atura nos piores momentos e é parte essencial da minha jornada. Sofia e Leticia que me cuidam desde pequena não podem deixar de ganhar espaço nesse agradecimento, amo vocês. To my love, Freddy, who supports me always and gives me power to move forward.

Resumo

O desenvolvimento econômico é prática fundamental do internacional e orienta o posicionamento dos mais diversos Estado-Nação bem como tem efeitos diretos sobre o cotidiano de suas populações, especialmente as marginalizadas. Tal qual é organizado atualmente o desenvolvimento, que busca tornar a modernidade capitalista europeia o modo de vida universal, tem consequências ambientais e sociais alarmantes, como será aqui apresentado a partir de uma análise da degradação da Floresta Amazônica, o que concomitantemente prevê uma apresentação mais detalhada do desenvolvimento no Brasil. Para além da avaliação do estado das artes do desenvolvimento no mundo e no Brasil, e suas consequências ambientais, o presente trabalho tem como objetivo construir uma crítica ontológica/epistemológica dos conhecimentos que sustentam o caminho desenvolvimentista e operam de forma a excluir alternativas de seu escopo, descartando-as de validade. A intenção portanto é propor uma outra construção de mundo no qual caibam muitos mundos, um pluriverso de conhecimentos e de forma de existir. Dentre essas diversas alternativas o trabalho versará com mais atenção sobre a perspectiva indígena, mais especificamente a Yanomami, comunidade amazônica diretamente afetada pelo desenvolvimento e que tem uma forma de se colocar e compreender o mundo diametralmente oposta ao capitalismo moderno, principalmente no que se trata da relação com a Natureza.

Palavras-Chave: desenvolvimento, modernidade, Amazônia, indígena, pluriverso, crise ambiental, Yanomami.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: O paradigma do desenvolvimento: uma análise histórico conceitual. 13	
1.1 A Origem do Conceito	14
1.2 O desenvolvimento como teoria intervencionista	15
1.3 As teorias de desenvolvimento: da modernização ao neoliberalismo.....	16
1.4 O desenvolvimento nos governos brasileiros: de Getúlio Vargas a Jair Bolsonaro.	21
1.5 Reflexões Finais	26
Capítulo 2: O extrativismo e o antropoceno: a crise ambiental amazônica e a figura do indígena como “empecilho ao desenvolvimento”.	28
2.1 O antropocentrismo e o imperialismo ecológico: as bases fundamentais do extrativismo.....	29
2.2 A relação com o meio ambiente como ponto de análise do desenvolvimento brasileiro.....	32
2.3 O Governo Bolsonaro: o Genocídio Indígena e o Ecocídio Acelerado	37
2.4 Reflexões Finais	39
Capítulo 3: Descolonizar o desenvolvimento e desconstruí-lo como único caminho possível: uma defesa do pluriverso.....	41
3.1 Da Teoria da Dependência a Herança Colonial	42
3.2 A autoridade do conhecimento europeu e a eliminação de alternativas	44
3.3 A construção de um mundo plural	48
3.4 Reflexões Finais	52
Capítulo 4: Uma dentre muitas: a alternativa indígena amazônica Yanomami ao desenvolvimento	54
4.1 A categoria do “indígena”: do encontro colonial a estratégia de solidariedade.	55
4.2 A autodeterminação e o direito a terra, floresta.	57
4.3 A não separação entre cultura e natureza: o elemento sobrenatural	58
4.4 A iminente Queda do Céu: a Cosmologia Yanomami	60
4.5 Reflexões Finais	64
Conclusão.....	66

Introdução

A palavra desenvolvimento, de acordo com o dicionário Michaelis, tem diversos significados, sendo um deles: “passagem gradual (da capacidade ou possibilidade) de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado, etc.; adiantamento, aumento, crescimento, expansão, progresso” (Michaelis, s.d.). Tal definição remonta a um importante entendimento do desenvolvimento, seja em seu aspecto biológico ou econômico, de que o mesmo tem relação direta com ideia de transformação, de passagem de um estágio a outro e que esse segundo é “mais aperfeiçoado”. O mesmo dicionário, apresenta uma definição econômica do termo, que afirma: “crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população” (Michaelis, s.d.), demonstrando assim o caráter da transformação no que se trata da esfera econômica, associada ao crescimento e novamente a melhora.

A compreensão do desenvolvimento como um processo de mudança positiva em prol do crescimento econômico orienta a tomada de decisão de diversos Estados ao redor do mundo, principalmente os considerados atrasados nessa linearidade, e marca o imaginário da população em sua construção como inquestionavelmente positiva. É a partir do fim da segunda guerra mundial que o desenvolvimento econômico é elevado a um patamar de direcionamento universal de todas as sociedades, tendo a modernidade capitalista europeia como centro de orientação, objetivo-fim a ser alcançado. Importante ressaltar que tal direcionamento é propagado pelo Norte Global como solução dos problemas dos países subdesenvolvidos sem que esses tenham sido de fato questionados “se queriam viver esse tipo de vida capitalista moderna” (Lang, 2016, p.30)

Assim sendo, o desenvolvimento é um processo imposto a diversas organizações sociais ao redor do mundo de forma a homogeneizá-las, torna-las todas iguais aqueles que buscavam disseminar seu modo de vida. Tal prática chama atenção para uma tendência do pensamento moderno que orienta o desenvolvimento que é a busca constante pela subtração das diferenças, que acabam sendo sempre vistas em relação ao centro de orientação capitalista moderno. Não somente o espectro desenvolvimentista busca impor um modo de vida (que de acordo com a definição supracitada é um modo de vida melhorado) mas também o

faz de forma a subtrair as particularidades intrínsecas a cada uma das sociedades, seja em seu plano interno ou externo. (McEwan, 2019)

A partir da compreensão do desenvolvimento como um processo que aniquila a diferença, ou como afirma Boaventura de Souza Santos (2007), produz ativamente ausências, vale ressaltar muitas vezes de forma fisicamente violenta (sempre subjetivamente), faz-se necessário primeiramente compreender o espectro desenvolvimentista mais a fundo, a fim de questionar tal paradigma como centro de orientação do mundo moderno e buscar outras formas de existir e se relacionar com a diferença que não partam do enquadramento europeu capitalista. As sociedades indígenas, por exemplo, apresentam uma forma de se colocar no mundo e por consequência de compreendê-lo, diametralmente oposta a como opera a racionalidade moderna desenvolvimentista, principalmente no que tange a relação com a Natureza, a qual o capitalismo enxerga apenas como recurso exterior a ser dominado pelo homem de forma a garantir o acúmulo de riqueza. (Dalby, 2016; Lang, 2016)

Tal compreensão da Natureza como passível de dominação sem consequências ao homem, que se entende como externo a ela, é aspecto fundamental do modo de vida capitalista disseminado pelo desenvolvimento. Além disso, é um entendimento que viabiliza diversas violências ao assimilar as sociedades humanas não ocidentais a forças da natureza, o que dá carta branca para uma incontável sequência de violências, como fica claro ao longo da história da humanidade, principalmente no colonialismo, visto como estágio anterior e constituinte do desenvolvimento como opera atualmente. (McEwan, 2019; Rojas, 2020)

Partindo da problemática desenvolvimentista até então apresentada, a intenção do presente trabalho é explorar as origens e transformações que o paradigma do desenvolvimento sofreu ao longo dos anos, buscando assim explicitar as particularidades do caminho atualmente construído como único possível a todas as sociedades ao redor do mundo. Principalmente, porém, a intenção é demonstrar as consequências violentas desse desenvolvimento tanto em relação a outras organizações sociais como a própria Natureza, cuja manutenção é hoje inquestionavelmente reconhecida como necessária a preservação da vida humana. A partir da compreensão dessas consequências pretende-se demonstrar que existem

outros caminhos que podem ser seguidos de forma não universal, como por exemplo o caminho indígena.

A fim de trazer a problemática para mais próximo de nossa realidade social o trabalho apresentará um enfoque no desenvolvimentismo brasileiro e suas consequências para a floresta Amazônica, polo de biodiversidade e residência de diversos povos indígenas diretamente afetados pelo desenvolvimento. Além disso, dada a desconstrução subjetiva e filosófica que será apresentada acerca do projeto que busca disseminar o progresso ao redor do mundo, o trabalho buscará também explorar as filosofias e ideários fundadores da racionalidade moderna capitalista. Para tanto, dividirei a dissertação em quatro capítulos, esmiuçados brevemente a seguir.

No primeiro capítulo irei explorar mais a fundo o paradigma tradicional do desenvolvimento, buscando demonstrar como o mesmo se transformou ao longo do tempo e do espaço, bem como evidenciar suas sustentações iluministas e civilizacionais. Apresentarei, portanto, as principais teorias desenvolvimentistas que surgiram ao longo do tempo, desde o seu momento primário de intervenção estatal até o quadro neoliberal inaugurado pelo Consenso de Washington na década de 80. Por fim, de forma a retratar a influência da teoria desenvolvimentista no cenário brasileiro, irei construir uma análise histórica dos governos brasileiros desde Getúlio Vargas até Jair Bolsonaro, chamando atenção para as relações com as teorias internacionais apresentadas.

No segundo capítulo, por sua vez, buscarei explorar mais a fundo as consequências ambientais do desenvolvimentismo brasileiro, chamando atenção para as continuidades de perspectiva entre a ditadura militar e o atual governo de Jair Bolsonaro. A intenção é destacar a finitude de recursos disponíveis no mundo e como o desenvolvimento contribui ativamente para que seu esgotamento seja acelerado, o que por sua vez possui também profundas consequências sociais para os povos indígenas que são colocados pela retórica desenvolvimentista como empecilhos ao desenvolvimento, dado que ocupam a terra de uma forma compreendida como não produtiva.

O terceiro capítulo inaugura a fase mais crítico-teórica do trabalho, partindo das proposições de diversos autores do espectro pós-colonial, decolonial e principalmente da construção crítica a modernidade do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que identifica na razão ocidental (sustentadora do

pensamento desenvolvimentista) seus polos sustentadores para então apresentar uma proposta alternativa de compreensão do mundo, cuja principal tensão se dá em como lidar com a diferença. A crítica apresentada parte do princípio de que a modernidade europeia colocada como objetivo fim pela retórica desenvolvimentista só foi tornada possível por conta da violência colonial que sistematicamente saqueou as riquezas das colônias sem nenhum tipo de retorno. As primeiras vítimas da violência colonial são os povos indígenas, que continuam a resistir a imposição do modo de vida ocidental e a existir no mundo de sua própria forma. Assim sendo, a intenção da crítica desse capítulo é construir um mundo plural no qual operem diversos conhecimentos sem que esses sejam desvalidados ao serem construídos sempre em relação a autoridade da racionalidade europeia.

A partir dessa construção plural e da particularidade indígena de resistência, o quarto capítulo irá esmiuçar tal realidade de forma a chamar atenção a alguns aspectos centrais que a tornam um conhecimento de importância extrema para a construção de um outro mundo. O capítulo busca demonstrar como a própria categoria de indígena é intrinsecamente plural e por conta disso a fim de escapar de generalizações desnecessárias utiliza-se como ponto de análise particular a cosmologia Yanomami, apresentada na última seção a partir do livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert, de forma a respeitar o lugar de fala. A proposta não é resumir o livro mas sim trazer passagens importantes que demonstrem tanto a compreensão totalmente diferenciada de natureza e floresta que opera nessa cosmologia, quanto as consequências trazidas para tal comunidade pelo contato com o homem branco ocidental.

Será assim, portanto, que a construção do pensamento do presente trabalho irá operar, buscando demonstrar como os indígenas amazônicos representam importante ponto de tensão da teoria desenvolvimentista, não somente na medida em que são colocados como empecilho pelo mesmo, dado que impedem a usurpação ambiental característica do capitalismo, mas também e principalmente por constituírem uma alternativa ativamente existente a esse sistema totalitário. A intenção não é elevar o conhecimento indígena a um patamar de autoridade frente aos outros conhecimentos, mas compreender como a continuidade de sua existência é prova concreta de que é possível caminhar no mundo de outra forma, forma essa que pressupõe a existência de verdadeiras diversidades. A opção pelo enfoque ao Brasil e mais especificamente a Amazônia se deu por conta da relevância da floresta

para a manutenção do ecossistema do mundo e também pela tendência claramente desenvolvimentista exacerbada por Jair Bolsonaro em sua exploração dos recursos naturais e posicionamento contra os grupos indígenas.

Capítulo 1: O paradigma do desenvolvimento: uma análise histórico conceitual.

“O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocrática começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial (...) quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa (...) quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária” Luiz Carlos Bresser-Pereira, 2003.

O conceito de desenvolvimento ganha proeminência no cenário mundial no final da década de 40, depois do fim da Segunda Guerra Mundial. O significado que ele carrega, porém, se modifica ao longo do tempo e do espaço e por isso é particularmente desafiador alcançar uma definição consenso. Apesar de carecer de um significado de comum acordo, o conceito é amplamente utilizado por diversas agências ao redor do mundo bem como colocado como objetivo fim de organizações e governos. (McEwan, 2019) A Organizações das Nações Unidas (ONU), principal entidade do sistema internacional, por exemplo, tem um programa exclusivo de desenvolvimento, o PNUD. O Brasil, assim como a grande maioria dos países no mundo, possui um banco de desenvolvimento, o BNDES. A importância do desenvolvimento, portanto, é clara, o seu significado, porém, não tanto.

Assim sendo, no presente capítulo pretendo realizar uma análise dos vários significados que o conceito possui e possuiu ao longo dos anos para que se possa identificar seus principais pontos de encontro e tensão. Além disso, de forma a ilustrar de maneira mais concreta as diferentes facetas do desenvolvimento, realizarei um estudo de caso do Brasil e como o conceito permeou de maneira

distinta os diversos governos do país, desde Getúlio Vargas até a atual gestão de Jair Bolsonaro.

1.1 A Origem do Conceito

O desenvolvimento como ideia tem suas raízes nos pensadores Iluministas do século XVIII, época que ficou gravada na história como o momento no qual se solidificou o domínio da razão, do conhecimento empírico e técnico. Não obstante, é nesse momento em que surge uma tendência de questionamento crítico em relação as diferentes organizações sociais e políticas, com intenção de “create a better, more just and modern society” (Veltmeyer & Bowles, 2018, p.1) Nesse sentido, surge a ideia de progresso, de como alcançar e promover a existência dessa sociedade mais moderna, não somente na Europa mas ao redor do mundo. Sem o colonialismo, característico também do século XVIII, o surgimento da ideia de progresso e desenvolvimento não se sustenta, na medida em que era necessário ter uma sociedade para contrapor-se a modernidade europeia e assim fazendo com que surja “The metaphor of the light of reason shining into the dark recesses of ignorance and superstition of the traditional societies” (McEwan, 2019, p.101), que inclusive nomeia esse momento filosófico. (Veltmeyer & Bowles, 2018; McEwan, 2019)

A ideia de desenvolvimento e progresso que surge no iluminismo, logo, era marcada por uma caracterização das sociedades existentes e por uma busca pela sociedade ideal, moderna e justa, refletida nos ideais europeus, que seria aplicável a todos os conjuntos humanos. Ou seja, central para a ideia de progresso é também a noção de universalidade, de que todos os humanos são essencialmente iguais e que, portanto, as noções de liberdade e modernidade podem ser aplicadas a todos igualmente. Faz-se necessário ressaltar, porém, que a sociedade europeia não era universalmente igualitária, sendo essa suposta modernidade também recheada de desigualdades internas, que são ignoradas pelos detentores de poder. Os princípios que sustentam a noção do desenvolvimento, desta forma, são associados ao domínio da razão e da técnica na medida em que preveem criar uma racionalidade empírica para avaliação das qualidades sociais e econômicas, mas principalmente por florescerem na época em que o progresso estava fortemente atrelado a avanços tecnológicos e industriais, por conta do acontecimento da Revolução Industrial, que também contribui fortemente para o aprofundamento das desigualdades. (McEwan, 2019; Veltmeyer & Bowles, 2018)

1.2 O desenvolvimento como teoria intervencionista

A associação de desenvolvimento e progresso assim como seu aspecto de descrição de uma determinada sociedade são, portanto, os principais pontos conceituais que surgem no século XVIII e continuam a permear o imaginário em relação ao mesmo, bem como o privilégio da racionalidade científica. Porém, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento ganha um caráter intervencionista e mais propositivo, passando a ser uma ideia hegemônica ao redor do mundo. Apesar de possuir diferentes significados não houvesse quem não endossasse o desenvolvimento como objetivo: o bloco soviético o promovia, os não alinhados de Bandung o tinham como fim e os países capitalistas foram o berço de sua promoção. A grande diferença entre suas compreensões se dá no modo de alcançar a tal modernidade, é uma disputa entre caminhos a serem percorridos por sociedades ao redor do mundo visando alcançar a sociedade moderna ideal cujo ponto de orientação se encontra sempre no Ocidente. (Lang, 2016)

A fim de se compreender o surgimento do desenvolvimento como práxis orientadora do sistema internacional é necessário traçar um rápido panorama histórico da época de seu surgimento e dos atores envolvidos no mesmo. A Guerra Fria, período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi marcado pela divisão do mundo em dois principais polos, o capitalista liderado pelos Estados Unidos e o soviético liderado pela URSS, extinta em 1991. Além disso, o momento do pós segunda guerra é marcado por um longo processo de descolonização de países da África e da Ásia. Assim sendo, havia uma disputa entre duas distintas formas de organização social acompanhada pela criação de diversos novos países que buscavam se estruturar internamente e se colocar no sistema mundo. O desenvolvimento, portanto, aparece como forma de viabilizar um ou outro modelo a ser adotado por esses novos países, que enxergavam no mesmo uma forma de escapar sua condição de subordinação no sistema global. (McEwan, 2019)

Além dos países recém independentes outro polo importante no que se trata do desenrolar das teorias desenvolvimentistas é a América Latina, também colocada como uma localidade destinada a seguir os caminhos do desenvolvimento, ou seja, considerada também uma zona pobre, reiterando o compromisso do desenvolvimento com o acúmulo de riquezas. Em 1949 Harry Truman, então presidente americano, faz um discurso que inaugura o binômio desenvolvimento e

subdesenvolvimento, no qual afirma que metade do mundo se encontrava em uma situação de miséria e fome e que pela primeira vez o homem possuía o conhecimento para tratar desses problemas a partir de um “program of developmet based on the concepts of democratic fair dealing. Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge” (Truman, 1964 *apud* Escobar, 1995).

O discurso de Truman é tido como elemento simbólico do início de uma nova era de compreensão e administração do mundo, a era do desenvolvimento. Nos estudos de desenvolvimento que ganham relevância nesse cenário o mesmo passa a ser compreendido como uma maneira de se aliviar a pobreza e aumentar o padrão de vida de uma nação. (McEwan, 2019) O discurso de Truman chama também atenção para outros importantes fatores atrelados ao desenvolvimento, primeiramente a valorização da técnica e da ciência como forma de alcançá-lo, segundo, a proposição de que o crescimento é a resposta, noções essas que continuam a permear as principais propostas desenvolvimentistas.

A disputa a partir de então, como já afirmado, passa a ser como alcançá-lo. A ideia de progresso, portanto, continua a marcar os estudos desenvolvimentistas que prevê uma linearidade, uma evolução das sociedades em direção a um mesmo objetivo fim, que seriam os países desenvolvidos, científicos e ocidentais. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é o “processo de abrir caminho à reprodução, em áreas subdesenvolvidas, das condições que caracterizam as nações industrializadas” (Escobar, 2016, p.58). O discurso do desenvolvimento é, como demonstrado, universalizante, na medida em que visa pensar etapas de progresso que todo e qualquer Estado possa seguir, partindo do pressuposto de que os países subdesenvolvidos estão em um estágio pelo qual os desenvolvidos já passaram. Os preceitos até aqui apresentados irão marcar as mais diversas teorias sobre o desenvolvimento, apresento três delas a seguir.

1.3 As teorias de desenvolvimento: da modernização ao neoliberalismo

A primeira grande teoria desenvolvimentista que ganha relevância tem como ponto central exatamente essa ideia da linearidade evolucionista das sociedades existentes, baseada em um intervencionismo estatal, que é marcante das

teorias de desenvolvimento até os anos 80. Segundo Veltmeyer e Bowles (2018) das seis décadas de desenvolvimento vividas no pós segunda guerra, três delas foram marcadas pela presença de uma forte figura estatal e três delas pelo Consenso de Washington, ou o neoliberalismo. É necessário ressaltar, porém, que as teorias desenvolvimentistas não surgiram em um processo linear, ou seja, diversas ideias diferentes sobre o desenvolvimento coexistiram em uma mesma época. (McEwan, 2019) A fim de tratar das mais relevantes irei realizar uma análise acerca das teorias de modernização, das teorias da dependência, muito relevantes no cenário latino americano, e do desenvolvimento neoliberal, que opera no mundo atual.

O grande expoente das chamadas teorias de modernização que marcam o paradigma capitalista de desenvolvimento nos anos 60/70 é Walt Withman Rostow, um economista americano que propaga uma teoria de cinco etapas de desenvolvimento, construindo um paralelo do avanço das sociedades com a decolagem de um avião. Segundo ele, todas as sociedades, se adotassem as medidas propostas, poderiam passar de uma ‘sociedade primitiva’, a primeira etapa, para uma ‘era do consumo em massa’, a última etapa na qual a própria sociedade poderia decidir o seu caminho entre o consumismo exacerbado e o bem-estar social, que seria responsável por distribuir as benesses da sociedade moderna a todos. O caminho proposto por ele envolvia uma intervenção estatal e nacionalista, que interiorizasse os valores de economias mais desenvolvidas visando os reproduzir e assim promover o crescimento e expansão da economia. (Rostow, 1961)

A teoria de Rostow é tomada como referencia das teorias de modernização pois tem em sua construção os dois principais aspectos que caracterizavam o conjunto desses pensadores: uma valorização profunda da sociedade capitalista desenvolvida, se opondo diretamente ao comunismo, e a visão de que no fim do processo desenvolvimentista haveria uma distribuição das riquezas por ele produzidas. Além disso, as teorias de modernização tinham uma visão profundamente dualista do mundo, ou se era tradicional ou moderno, não havia possibilidade de ser ambos. A principal critica as teorias da modernização era que as mesmas descomplexificavam demais as sociedades chamadas tradicionais, apagando toda a particularidade de cada uma delas. (McEwan, 2019)

As teorias da dependência, por sua vez, possuem uma visão mais sistêmica do desenvolvimento, não pensando apenas em criar um percurso universal que todos possam seguir para alcançar a aclamada modernidade mas sim compreender como

o desenvolvido e o subdesenvolvido interagem no ambiente internacional. Como o próprio nome da teoria chama atenção, seus autores compreendiam que havia uma dependência entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, o que implica que o subdesenvolvido nunca seria capaz de alcançar o patamar do desenvolvimento que lhes era imposto. O principal expoente dessa teoria na América Latina foi Raul Prebisch, criador da Comissão Econômica dos Países da América Latina (CEPAL), na qual visava criar teorias de desenvolvimento próprias para os países latino americanos, dado que reconhecia um problema na universalização das teorias tradicionais. (McEwan, 2019; Veltmeyer & Bowles, 2018; Prebisch, 1950)

Com intenção de demonstrar a relação distorcida envolvida entre o desenvolvimento dos países europeus e o não desenvolvimento dos latino americanos, Prebisch cria as categorias de centro periferia, visando afirmar que existe uma deterioração nos termos de troca, nas relações comerciais, entre os dois polos apresentados por ele, uma vez que os países centrais, que produzem produtos de alto valor agregado, sugam a renda dos periféricos, que tem como base uma economia agrária exportadora, impedindo o desenvolvimento dos mesmos. (Prebisch, 1950) Andre Gunder Frank irá aprofundar essa construção de Prebisch na medida em que irá afirmar que não existe desenvolvimento sem subdesenvolvimento. O criador da CEPAL ainda visava criar uma teoria desenvolvimentista que superasse a deterioração nos termos de troca e permitisse o desenvolvimento da América Latina, crendo fortemente na figura do Estado para tal feito e propondo a industrialização por substituição de importação. Para Gunder Frank isso não é possível, o problema está exatamente na dependência que existe entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e na incapacidade de se superar essa dialética sem se isolar por completo do sistema-mundo. (Frank, 1966)

Como a teoria da modernização, as teorias da dependência tinham uma visão dualista do mundo, levando a uma divisão simplista entre centro e periferia. De acordo com Cheryl McEwan:

Rather than seeking to challenge this world view, dependency theory reinforced a sense of us and them. Moreover, it was still a form of economic determinism, overlooking social and cultural variations, and placing overwhelming emphasis on the state in preventing inequalities and redistributing wealth. (McEwan, 2019, p.126)

As teorias da dependência trazem uma importante crítica a ideia tradicional e modernista do desenvolvimento, chamando atenção para a impossibilidade de todos os países do mundo alcançarem os patamares de modernidade prometidos. Porém,

como apontado acima, ainda falha em questões de determinismo cultural e exclusão de particularidades.

Assim sendo, com o embate entre a teoria de modernização e a teoria da dependência, bem como outras de menores relevância, o paradigma do desenvolvimento se torna um campo de disputas constantes nos anos 80 e por conta disso ambos os lados perdem força. Somado a esse embate tem-se a ocorrência de uma crise na economia política, refletida na crise da dívida, nos impactos da Guerra do Vietnã na economia americana e na recessão econômica ao redor do mundo. O liberalismo, então, ressurgiu como opção inaugurando assim a era do neoliberalismo, refletida na eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido, ambas figuras centrais da promoção da nova doutrina. (McEwan, 2019)

O neoliberalismo é uma teoria econômica que retoma alguns aspectos do liberalismo clássico das teorias de Adam Smith¹, que afirmavam que a prosperidade proveria da abundância, do aumento da produção e da troca não regulada, o famoso livre comércio que continua a orientar as diretrizes econômicas do mundo moderno. A promoção da ideologia do livre comércio ao redor do mundo se deu principalmente por meio das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que passaram a promulgar condições liberalizantes aos países subdesenvolvidos que dependiam de seus fundos e empréstimos. Tais condições foram especificadas no Consenso de Washington, marco fundamental da época neoliberal que “dominated development theory and policy, based on fiscal and monetary austerity, elimination of government subsidies, lower taxation, privatization, free trade, foreign direct investment and so on.” (McEwan, 2019, p.127)

Assim sendo, o momento neoliberal do desenvolvimento, que continua orientar as políticas econômicas ao redor do globo, prevê um mundo sem fronteiras para o capital, sendo esse seu principal ponto de valorização. Tem-se, portanto, uma financeirização do desenvolvimento e da ordem econômica mundial. As iniciativas intelectuais e políticas do desenvolvimento deixam de ser centralizadas nos órgãos da ONU e passam a estar agora centradas no Banco Mundial e no FMI. É necessário

¹ Há controvérsias em relação a esse tema, para mais sobre isso ver Brown, 2015. Porém, a intenção aqui é chamar atenção para o aspecto do livre comércio que continua a imperar nas sociedades neoliberais.

ressaltar que os receptáculos dos empréstimos dessas instituições, que sustentam a nova ordem mundial, são países subdesenvolvidos e nos anos 90 principalmente nos latino americanos, que viviam uma profunda crise do endividamento. Até a crise de 2008 nenhum empréstimo havia sido feito para países considerados desenvolvidos. (Levitt, 2018)

Importante aspecto do desenvolvimento neoliberal é a imposição de condições de gestão econômica aos países subdesenvolvidos, colocadas como necessárias ao caminho de progresso, que só são hoje adotadas pelos países desenvolvidos pois esses já passaram por um caminho totalmente diferente de desenvolvimento. Ou seja, as condições do Consenso de Washington criam uma falsa narrativa de que respeitando suas imposições os países alcançarão o ideal desenvolvido prometido que se reflete nas economias maduras ocidentais, porém nenhuma das sociedades colocadas como objetivo percorreu o caminho neoliberal do desenvolvimento e o promovem como forma de manter sua posição de autoridade no sistema internacional. (McEwan, 2019; Levitt, 2018)

O caminho neoliberal, que hoje orienta as práticas desenvolvimentistas, é portanto, símbolo da vitória do modelo capitalista sobre o socialismo, cuja ruína fica clara nos anos 80. Assim sendo, carrega em si a busca por tornar o capitalismo neoliberal a única opção possível, visando “incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação do capital (...). Com um só objetivo: aumentar os fluxos de dinheiro, e assim, o crescimento econômico, irmão do desenvolvimento” (Lang, 2016, p. 31)

A partir dos anos 90 o totalitarismo do capitalismo, colocado como opção única, começa a ser fortemente criticado a partir de diversos vieses, levando ao surgimento de teorias críticas e localizadas sobre as propostas desenvolvimentistas e inaugurando as correntes do chamado pós desenvolvimento, no qual a preocupação com o social e com o meio-ambiente surgem como principais pontos de tensão. As teorias pós coloniais, por exemplo, ganham força em sua afirmação do desenvolvimento como uma continuação da empreitada colonial. As teorias feministas passam a chamar atenção para o lugar da mulher no desenvolvimento. (McEwan, 2019) Porém, por conta de seu viés questionador que parte dos mais diversos locais culturais e identitários e que dialoga diretamente com a crítica que será aqui construída, algumas dessas propostas serão mais profundamente exploradas nos próximos capítulos do presente trabalho. Agora, conforme proposto

anteriormente, irei realizar uma análise do avanço do desenvolvimento no aspecto político econômico do Brasil buscando construir um paralelo direto com as teorias apresentadas até então e como as mesmas influenciaram o entendimento e as práticas brasileiras de desenvolvimento.

1.4 O desenvolvimento nos governos brasileiros: de Getúlio Vargas a Jair Bolsonaro.

O desenvolvimento no Brasil, muito relacionado ao processo de industrialização e crescimento, bem como interação no mercado internacional, viveu três principais momentos: dos anos 30 ao final da ditadura militar passamos por um período de nacional-desenvolvimentismo com forte respaldo no investimento estatal; a partir do período de redemocratização, muito marcado pela influência do Consenso de Washington, começamos a caminhar em direção a um projeto neoliberal do desenvolvimento, que é hoje retomado por Jair Bolsonaro, porém com uma particularidade autoritária e militarista; a era dos governos PT, por sua vez, caracterizou-se por um neodesenvolvimentismo, ainda com fortes influências neoliberais mas com uma maior preocupação em relação a situação social do país de profunda desigualdade. (Bresser-Pereira, 2003; Dilger & Pereira Filho, 2016; Garcia & Borba de Sá, 2018)

De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira, importante economista brasileiro do paradigma desenvolvimentista, “o ano de 1930 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fora um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento” (Bresser-Pereira, 2003, p.34) A industrialização que será promovida por Vargas nos próximos 15 anos, portanto, marca o início do caminho brasileiro em direção ao prometido progresso. O desenvolvimento promovido por Vargas, porém, era ainda incipiente e será aprofundado pelos próximos governos. Isso porque a atenção do mundo no momento estava voltada para a Europa e a principal preocupação era a emergência do fascismo. O Brasil se aproveita do cenário da escalada da Segunda Guerra para atrair investimentos e realizar troca com ambos os lados do conflito. (Moura, 1991)

Com o fim da Segunda Guerra, como já discutido anteriormente, o desenvolvimento ganha atenção internacional e as teorias da modernização e da dependência começam a ganhar relevância e assim influenciar o cenário brasileiro.

Segundo McEwan (2019), o etapismo de Rostow foi pilar sustentador da ditadura militar brasileira, que previa promover o arranco da economia brasileira. As teorias CEPALinas, por sua vez, tiveram também a sua influencia no cenário brasileiro, principalmente as ideias de Celso Furtado, que chamavam atenção para o comportamento das elites brasileiras em relação ao gasto do capital estrangeiro acumulado por elas. O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi o grande think-tank do país no que se trata de teorias desenvolvimentistas e influenciou diretamente o governo de Juscelino Kubistchek, cujo lema “50 anos em 5” explicitava a centralidade do progresso temporal linear para o desenvolvimento brasileiro naquela época bem como a responsabilidade do Estado em promovê-lo. (Garcia & Borba de Sá, 2018; Milanez, 2016)

O processo de industrialização e desenvolvimento brasileiros até o período da ditadura militar, portanto, teve forte respaldo nas teorias estatais do desenvolvimento e foi promovido principalmente por meio do modelo de substituição de importações. A ditadura militar teve também como base de sua política econômica o financiamento de grandes projetos de infraestrutura e a ocupação da Amazônia, agora entendida como importante fonte de recursos para o desenvolvimento. Segundo Sérgio Jatobá e Lucia Cidade, “a ideologia desenvolvimentista divulgada na época fazia parecer que o crescimento econômico propiciaria a entrada do país em uma nova era. Finalmente, também seria possível esperar uma colheita equitativa dos frutos do progresso” (Jatobá & Cidade, 2004) A colocação supracitada retoma a teoria de modernização e sua promessa de distribuição da renda uma vez alcançado o padrão de consumo considerado desenvolvido. A Amazônia como região de floresta “inexplorada”² é ponto focal importante para os diversos governos que engajaram com a missão desenvolvimentista.

Juscelino Kubistchek foi o primeiro presidente brasileiro a devidamente promover a ocupação e integração da Amazônia ao restante do Brasil, isso porque possuía uma grande preocupação, de acordo com as propostas do ISEB, de construir um sólido mercado nacional, entendido como característica básica de uma sociedade desenvolvida. JK propõe a construção de rodovias que conectassem a

² É importante ressaltar que a visão da Amazônia como uma região inexplorada é parte da construção retórica do desenvolvimento que não entende outras formas de exploração que não a capitalista. Essa relação será mais explorada nos próximos capítulos

região com o restante do país e possibilitasse um maior deslocamento interno e uma possível ocupação capitalista da região. (Becker, 2004; Bresser-Pereira, 2003) O projeto de ocupação da Amazônia, porém, só vai ganhar contornos relevantes durante a ditadura militar por meio da implementação de Mega-Projetos, como a Hidrelétrica de Tucuruí, que irão atrair uma enorme onda de migrantes para a região promovendo assim a sua ocupação produtiva. (Jatobá & Cidade, 2004)

A gestão econômica do governo militar, bem como de seus governos precedentes, altamente concentradas no desenvolvimento, fomentado principalmente pelo investimento direto externo, irá gerar um profundo endividamento externo nas contas da União o que vai inserir o Brasil na crise da dívida externa que assolava a América Latina nesse momento histórico. É exatamente esse endividamento que impulsiona a entrada do Brasil na era neoliberal do desenvolvimento, guiado pelas diretrizes do FMI, durante a qual o Estado perde cada vez mais espaço no fomento ao projeto de modernidade. A economia brasileira, caracterizada nesse momento de redemocratização por uma inflação desenfreada, só irá retomar sua estabilidade com a implementação do Plano Real, que irá frear a inflação e criar a nova moeda do país, o Real. (Bresser-Pereira, 2003)

O Plano Real foi implementado durante o governo de Itamar Franco e teve como principal representante Fernando Henrique Cardoso, que então irá vencer as eleições e se tornar o novo presidente do país. O governo FHC vai ser marcado por uma tentativa de valorização do aspecto social, que buscava “identificar-se com essa socialdemocracia renovada, liberal e nacional, mas nem sempre o conseguiu. É um governo contraditório, tão contraditório quanto o Brasil.” (Bresser-Pereira, 2003, p.15) A contradição apontada por Bresser-Pereira estava na promoção de diretrizes econômicas neoliberais, reflexo das obrigações impostas por Washington, que falharam em resolver por completo o problema econômico do Brasil pois não tinham a estabilização das contas externas como prioridade; e a tentativa de promoção de políticas sociais que atacassem as mazelas da profunda desigualdade de recursos que assolava o país. Essas últimas, porém, não são de fato postas em prática muito por conta da implementação das diretrizes econômicas propostas por Washington. (Bresser-Pereira, 2003) Apesar de ter havido uma vontade e uma tentativa de promoção de políticas sociais, seguindo a tendência do mundo de

atenção aos menos privilegiados, as mesmas são impossibilitadas pelo totalitarismo macroeconômico das diretrizes neoliberais.

O segundo governo FHC ficou marcado pela segunda crise do balanço de pagamentos brasileiro, o que favoreceu a eleição da oposição. Além disso, apesar da falha do governo em adereçar as problemáticas sociais houve um fortalecimento da sociedade civil e uma maior propagação de suas propostas, o que também contribuiu para eleição do governo progressista do PT, que se mantém no governo por 14 anos inaugurando uma nova era desenvolvimentista, chamada por muitos de neo ou novo desenvolvimento. (Bresser-Pereira, 2003) Para que se compreenda a fundo o funcionamento e o relativo sucesso dos oito anos de governo de Lula no Brasil é necessário tratar sobre o cenário global que se modificava, principalmente por conta da ascensão econômica da China que passa a ser importante agente econômico do cenário internacional.

O início do século XXI, principalmente por conta da rápida industrialização chinesa no final século anterior, ficou marcado pelo boom das commodities, no qual “High international prices for a wide range of primary commodities stimulated a wave of foreign investment in developing countries to extract natural resources ranging from fossil fuels and minerals, to agrofood products and biofuels.”³ (Tetreault, 2018, p.345) O início do governo Lula, portanto, foi economicamente próspero exatamente por esse fator e inaugurou, em alguns aspectos, uma nova era do desenvolvimento para o país pois além da grande entrada de dinheiro por conta da produção de soja destinada a indústria chinesa houve também uma mudança nos paradigmas de assistência social e de preocupação com os mais pobres da sociedade brasileira. A eleição de Lula no Brasil, é válido ressaltar, é parte de uma onda de governos progressistas na América Latina, que “por pragmatismo ou convicção se apegaram a lógica capitalista, em sua variante neodesenvolvimentista” (Dilger & Pereira Filho, 2016, p.14)

A afirmação acima chama atenção para a permanência da lógica capitalista nos governos chamados progressistas, que para além da valorização da produção das commodities primárias para exportação foram também marcados pela implementação de Mega Projetos como por exemplo a Usina de Belo Monte construída no Pará e inaugurada em meados do ano passado. Por conta do retorno

³ A problemática do extrativismo no cerne do desenvolvimento, em suas mais diferentes manifestações, será explorada mais a fundo no próximo capítulo.

a produção agrícola de larga escala e a promoção de mega projetos em áreas de sensibilidade ambiental Ana Carolina Delgado caracteriza esses governos progressistas latino americanos como neoextrativistas, no qual o termo neo aponta para uma continuidade com o extrativismo já existente porém chama atenção para sua particularidade. (Delgado, 2017)

O governo Lula, portanto, não deixou de engajar nas dinâmicas capitalistas que caracterizavam o mundo na época, porém é necessário destacar as inúmeras conquistas sociais trazidas por ele que de certa forma distribuiu, ao menos em parte, as benesses trazidas pelo desenvolvimento e retirou milhões de brasileiros da condição de miséria que viviam até então. As políticas assistencialistas implementadas nos governos PT levou a redução da pobreza “sem alterar as condições estruturais da exclusão” (Lander, 2016 *apud* Dilger & Pereira Filho, 2016, p.16) na medida em que perpetuou as relações capitalistas no plano econômico contribuindo também para o enriquecimento de diversos empresários.

Os 14 anos de governo PT foram interrompidos por um processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, processo esse que já apontava para o caminho que o país iria seguir a partir de então, marcado por um “aprofundamento do extrativismo, o desmonte das débeis conquistas sociais, a conformação do poder político a serviço das oligarquias regionais e a constituição de Estado repressor para criminalizar a dissidência e os movimentos sociais” (Dilger & Pereira Filho, 2016, p.18) O processo de impeachment da presidenta, por muitos considerado ilegítimo, marcou o início de uma profunda polarização na política brasileira entre os conservadores neoliberais e progressistas neodesenvolvimentistas e apontou para uma gradual vitória dos conservadores, que é exacerbada pela eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

O projeto neoliberal de Bolsonaro, portanto, é o que orienta o desenvolvimento brasileiro no momento atual e é marcado por uma diminuição e desburocratização do Estado como interventor na economia. Seu ministro da Economia, Paulo Guedes, (quase) obteve seu doutorado na Escola de Chicago, berço do pensamento neoliberal que prega o Estado-mínimo e o livre comércio. Algumas de suas diretrizes de governo deixam clara o alinhamento de sua agenda com a teoria neoliberal. A economista Leda Paulani, professora do departamento de economia da USP, por exemplo, chama atenção para um ‘tsunami de privatizações’ que ocorrerão ao longo do governo e chama Paulo Guedes de

“economista ultraliberal, aquele que acha que o Estado, a princípio, não deveria nem existir” (Paulani *como citada por* Fernandes & Fideles, 2018) Apesar da agenda neoliberal promovida por seu ministro da economia, o governo Bolsonaro apresenta também uma tendência autoritária e militarista como fica claro em sua apreciação aos governos militares, que será mais profundamente analisado no próximo capítulo a partir da problemática ambiental, aonde se vê uma continuidade de posicionamento do governo atual com a ditadura militar. A apreciação de Bolsonaro aos militares não é nada discreta, como fica claro em sua defesa de que o golpe de 1964 deveria ser celebrado anualmente como um marco da história do Brasil. (Marques, 2020; Siqueira, 2020) A retórica e a política de governo de Jair Bolsonaro acerca do desenvolvimento serão mais amplamente exploradas nos próximos capítulos, uma vez que representam o estado atual das artes no que se trata de desenvolvimento e, principalmente, tencionam diretamente com os pontos de crítica explorados pelo presente trabalho: as comunidades indígenas e o meio ambiente, mais especificamente, no contexto brasileiro, a preservação da floresta amazônica.

1.5 Reflexões Finais

A ideia de desenvolvimento, como explorada no presente capítulo é marcada por alguns pontos de tensão principais: primeiramente, é entendido hegemonicamente como um processo linear no qual caminham as sociedades a fim de alcançar uma organização social ideal, moderna, refletida na sociedades ocidentais, que seria igualmente justa para todos. Além disso, a partir da construção das principais teorias desenvolvimentistas identificamos uma assimilação do progresso a industrialização e ao crescimento econômico. A exploração dos recursos naturais, que será mais amplamente analisado no segundo capítulo, e o totalitarismo do capitalismo, por meio das instituições financeiras, são também marcas importantes das teorias de desenvolvimento que hoje norteiam o mundo e o Brasil.

Apresentadas as três principais teorias que marcaram o paradigma desenvolvimentista percebemos alguns aspectos comuns a todas elas, explicitados também na análise conceitual, mas que se tornam mais claros nas correntes apresentadas. O desenvolvimento tem intrínseco em si uma imaginação geopolítica, que divide o mundo entre Norte e Sul, primeiro e terceiro mundo, centro e periferia.

Além disso, possuem como premissa a ideia de que o desenvolvimento está atrelada ao crescimento e portanto, é possível e mensurável, a partir por exemplo do Produto Interno Bruto ou da renda per capita dos países, indicadores comumente utilizados, principalmente dentro da lógica financeira do neoliberalismo global. (Escobar, 1995; Lang, 2016)

Segundo Felipe Milanez: “O crescimento é um mito fundador do Brasil moderno e é constantemente ressignificado pelos ocupantes do poder central” (2016, p.9) Esse movimento de ressignificação fica claro na análise realizada acerca das diferentes maneiras de promoção do desenvolvimento que imperaram no cenário brasileiro, desde os 50 anos em 5 de JK até o neoliberalismo exacerbado de Jair Bolsonaro que prevê retomar o crescimento do país por meio da diminuição da presença do Estado no cenário econômico e maior presença autoritária em outros aspectos. Além disso, o neodesenvolvimentismo dos governos PT e o desenvolvimento via livre comércio tem uma característica importante em comum que é o cada vez maior retorno do país a condição de agrário exportador o que gera um enorme problema acerca da preservação do meio ambiente e da manutenção de existência do modo de vida indígena, como será demonstrado no capítulo seguinte.

Capítulo 2: O extrativismo e o antropoceno: a crise ambiental amazônica e a figura do indígena como “empecilho ao desenvolvimento”.

“Senhores presentes nessa audiência, nós não somos empecilhos ao desenvolvimento nacional. Queremos apenas discutir, para que o ambiente em que vivemos não sofra impacto. Nós queremos participar do desenvolvimento nacional. Colocamos nosso conhecimento milenar nesse desenvolvimento. Temos assistido essa ganância do homem na busca de riqueza, na busca de lucro. Isso tem acabado com nosso meio ambiente”. Cristiano Rudzo Tseremey, presidente da Federação dos Povos e das Organizações Índigenas do Mato Grosso

O desenvolvimento neoliberal que orienta a política econômica do mundo atual é atrelado ao triunfo global do sistema capitalista de produção, cuja relação com o meio ambiente é marcada pela perspectiva do “recurso”, da fonte de matéria prima para a produção industrial ou agrícola de larga escala, que é marca registrada do cenário econômico brasileiro. A intervenção humana na natureza alcançou tal patamar que muitos cientistas defendem que levou a inauguração de uma nova era geológica, o Antropoceno. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, de acordo com dados do sistema de monitoramento Prodes, foram desmatados 9762km² de floresta amazônica⁴, cuja degradação se agrava a cada ano constituindo uma ameaça não somente ao funcionamento do ecossistema global mas também e principalmente as populações vulneráveis que lá habitam. (Porto-Gonçalves, 2015) O atual presidente brasileiro exacerba a perspectiva neoliberal desenvolvimentista que enxerga a floresta como recurso econômico a ser explorado, promovendo um ataque aos povos tradicionais vistos como atrasados e empecilhos ao desenvolvimento promovido por ele, como será explorado no presente capítulo.

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/desmatamento-na-amazonia-bate-recorde-e-cresce-295-em-12-meses.shtml> Acesso em: 05.Mai.2020

Caminhando da mesma forma que no primeiro capítulo irei realizar primeiramente uma análise teórico/ filosófica da separação entre homem e natureza que sustenta a empreitada extrativista. A seguir, partindo de uma análise sobre a posição do extrativismo e da relação com a natureza no momento econômico do desenvolvimento, especialmente no cenário brasileiro, o presente capítulo irá explorar os efeitos nefastos que acompanham tal relação com o ecossistema, efeitos esses que incidem diretamente na preservação da vida humana, especialmente de comunidades marginalizadas. A fim de ilustrar mais claramente tais efeitos irei utilizar como ponto de análise a Amazônia brasileira, a mais importante floresta tropical preservada do mundo, e as comunidades indígenas que lá habitam, que são alvos de ataque constante por parte do atual Presidente da República.

Com intenção de tratar desse assunto de latente urgência que é a degradação do meio ambiente no quadro desenvolvimentista, acredito ser necessário traçar uma importante paralelo entre a preservação ambiental e a manutenção do bem-estar das comunidades indígenas, que será mais profundamente explorado ao longo do capítulo mas principalmente no capítulo quatro do presente trabalho. A intenção de tal conexão não é remeter a imagem romantizada do indígena que vive isolado e em perfeita harmonia com a natureza, mas sim reconhecer que em um país da magnitude do Brasil, com as extensões de floresta que possui, aonde habitam diversas comunidades, a preservação do ecossistema se faz necessária para preservação do modo de vida da população indígena. (Ramos et. al., 2009) Porém, é válido ressaltar, que tal relação não é unilateral uma vez que a cultura dos povos nativos “make important functional contributions to the ecosystems in which they live”. (Turner, 1993, p.526)

2.1 O antropocentrismo e o imperialismo ecológico: as bases fundamentais do extrativismo

O antropocentrismo é uma visão de mundo que tem o humano em seu centro de orientação, ou seja, considera o homem “como superior, separado da natureza e acima dela” (Solón, 2019, p.15). A origem de tal pensamento é múltipla porém seu ponto de partida pode ser traçado no Renascimento, época filosófica que sucede a Idade Média e é marcada pelo abandono da centralidade da religião e emergência da valorização do humano como ser de existência racional, como expressa o próprio nome dado ao momento histórico. A sustentação de tal pensamento se encontra

principalmente na filosofia cartesiana, de René Descartes, que enxerga o mundo de forma compartimentalizada e dicotômica⁵, bem como eleva a capacidade de produção de conhecimento do homem, separando a existência física das faculdades mentais. (Neves, 2015; Grosfoguel, 2016)

Bruno Latour, em seu livro *Jamais fomos modernos*, chama atenção para a divisão entre política e ciência como polo sustentador da ideia de externalidade do homem em relação a natureza, traçando a origem de tal divisão nos pensamentos de Hobbes e Boyle, ambos pensadores do Renascimento. O primeiro foi o pai do pensamento político, que continua a informar nossa realidade, e ficou conhecido por assimilar poder e conhecimento e produzir a primeira explicação sobre o porque nos organizamos em sociedade. Boyle, por sua vez, foi o primeiro cientista a operar com as ferramentas que hoje conhecemos para tratar da ciência natural: experimentos, testemunhos, fatos. Assim sendo estabelece-se uma competição entre ambas as formas de conhecimento, que a fim de serem ambas validadas, se afirmam como campos distintos e que não se misturam, fica “o poder científico encarregado de representar as coisas e o poder político encarregado de representar os sujeitos” (p.35) resultando assim na dicotomia fundamental da modernidade: natureza e cultura/política/humanidade. (Latour, 1994)

A divisão do mundo entre natureza e cultura, característica considerada intrinsecamente humana, é produto portanto de uma época histórica na qual diversas formas de conhecimento que continuam a informar a modernidade emergiam e eram consolidadas, seja o pensamento político Hobbesiano, o cientificismo de Boyle ou o “Penso, logo existo” de Descartes, que eleva a existência humana a sua capacidade de reflexão sobre o que nos é externo. A consolidação de tal pensamento não somente separa o homem da natureza, tornando-a inferior e passível de dominação, principalmente com o auxílio das ciências naturais, mas também coloca a organização europeia de existência como a única humana, desconsiderando existências outras que são assimiladas ao mundo animal e assim, passíveis também de exploração. (Latour, 1994; Grosfoguel, 2016)

A inferioridade de outros povos, portanto, tem sua origem também no humanismo que entende que a singularidade humana reside na capacidade de

⁵ Para uma discussão mais extensa sobre o assunto bem como uma maior visão de suas consequências, sugiro o filme “O Ponto de Mutação”, dirigido por Bernt Amadeus Capra e adaptado do livro de Fritjof Capra.

transcender a mera animalidade e materialidade, característica essa vista como exclusiva as sociedades europeias, que como demonstrado anteriormente é posta até hoje como objetivo fim a todas as organizações sociais existentes, por meio do discurso do desenvolvimento. Tal elevação da superioridade europeia implica também na disseminação de seu modo de dominação da natureza ao redor do mundo, principalmente por meio da empreitada colonial. De acordo com Simon Dalby a história do imperialismo/colonialismo é exatamente sobre a transformação de paisagens e ecologias, o que também implica na aniquilação de culturas indígenas que possuíam uma visão diferenciada da relação com o meio ambiente e com a terra. É o que Alfred Crosby vai chamar de imperialismo ecológico, a transformação da paisagem (e do modo de vida indígena) a fim de reproduzir o sistema produtivo da Europa, levando até mesmo a inserção forçada de espécies não existentes na região. (Crosby, 1986 *apud* Dalby, 2014)

A tensão com os grupos indígenas, portanto, emerge principalmente por conta de sua relação diferenciada com a terra e com a natureza, o que fazia com que uma das premissas centrais da conquista colonial fosse que a terra que os Europeus estavam entrando estava vazia, no sentido de que não estava sendo usada de maneira ‘produtiva’. Se os nativos estavam usando a terra, não o estavam fazendo de uma forma que os conquistadores europeus pensassem ser significativa. A doutrina legal de *terra nullius* era o que sustentava tal premissa, o que apontava para o entendimento que

Civilization was about dominance and control over land and resources, the benefits of civilization came only with the adoption of these modes of controlling the environment. The fact that indigenous people frequently have complicated and sophisticated understandings of their local ecosystems, and that they often harvested animals in ways that ensured their reproduction in the long term, was rarely understood by settlers. (Dalby, 2014, p.50)

A ideia que marcava o imperialismo ecológico, portanto, era de que a maneira europeia de lidar com o meio ambiente e os recursos dele proveniente era não somente superior, como a única possível. O colonialismo, assim, foi além de uma violenta empreitada contra outros povos constituindo também uma violência para com a natureza, que será exacerbada ao longo dos séculos no caminhar da civilização, tal qual descreve Dalby, e que irá culminar no discurso desenvolvimentista aqui explorado, que pretende universalizar essa civilização do controle sobre o meio ambiente, compreendido como algo independente da existência humana.

2.2 A relação com o meio ambiente como ponto de análise do desenvolvimento brasileiro

Desde o início dos anos 60, como explorado no capítulo anterior, a empreitada desenvolvimentista ganha relevância no cenário global, buscando implementar o modo europeu de organização produtiva ao restante do mundo. É também na mesma época que o desenvolvimentismo passa a ser central ao contexto brasileiro, que inicialmente é marcado pela necessidade de industrialização e integração nacional. A partir desse momento a Amazônia, até então pouco explorada pelo Estado, naquela época responsável pelo projeto desenvolvimentista, ganha atenção. O interesse em integrar a região ao restante do país tinha como premissa o entendimento da floresta como *terra nullius*, de acordo com o princípio acima apresentado, na medida em que a enxergava como uma região inabitada que agora receberia as benesses do desenvolvimento, o que silencia a existência de comunidades indígenas e tradicionais que habitam a floresta há séculos, deixando claro o caráter colonial do desenvolvimento. (Jatobá & Cidade, 2004)

Juscelino Kubistchek cria a primeira estrada na região Amazônica. O regime militar, por sua vez, irá realizar uma sequência de projetos na floresta, principalmente relacionados a mineração e a produção de energia, por meio da construção de hidrelétricas. A intenção do desenvolvimento nesse momento era promover o crescimento, de acordo com as teorias estatais proeminentes da época, e superar o que a teoria da CEPAL chamava de deterioração dos termos de troca, fazendo com que a economia brasileira deixasse de ser exclusivamente agrícola e passasse a participar do mercado dos industrializados, que eram os grandes atravesantes do fluxo de capital na época. Além, é claro, da integração a fim de ampliar o mercado nacional e exploração de recursos da floresta, principalmente as reservas minerais, até então praticamente intocada pela exploração destrutiva. (Garcia & Borba de Sá, 2018; Jatobá & Cidade, 2004; Zibechi, 2018)

A industrialização acelerada que ocorreu na época do pós segunda guerra é apontada pela Comissão Internacional da Estatigrafia como o marco inicial do Antropoceno, a época geológica que sucede o Holoceno e na “qual os efeitos da atividade humana – entenda-se a economia industrial baseada na energia fóssil e no consumo exponencialmente crescente do espaço, tempo e matérias primas – adquiriram a dimensão de uma força física dominante no planeta” (Viveiros de Castro, 2015, p.24) A afirmação chama atenção para características determinantes

do desenvolvimento econômico promovido na época, principalmente no que concerne a utilização de combustíveis fósseis, que tem um efeito determinante sobre o ecossistema da terra, em especial no que se trata da emissão de gases de efeito estufa. É válido ressaltar que o marco inicial do Antropoceno não é consenso entre seus estudiosos, variando das grandes navegações ao início da Revolução Industrial. (Vieira *et. al.*, 2018; Dalby, 2014; Tetreault, 2018)

A aceleração da atividade industrial no mundo é produto direto das bandeiras de desenvolvimento e ponto central em sua problemática ambiental. Porém, para além dos danos trazidos pela indústria é concomitante a degradação direta do meio ambiente, que como já afirmado ganha momento no Brasil ao longo dos governos militares e se perpetua até os dias atuais. São três as principais atividades que degradam a floresta amazônica: o desmatamento per se, a degradação ambiental, relacionada a construção de usinas e/ou jazidas de minério, por exemplo, e a expansão agrícola, que como visto no primeiro capítulo tem uma retomada do crescimento no século XXI, tanto nos governos PT quanto no atual governo de Jair Bolsonaro. (Tetreault, 2018; Vieira *et al.* 2018)

A estratégia do governo militar na Amazônia era implementar polos de crescimento na região que uma vez integrados ao restante do país, por meio de uma rede viária e de energia, permitiria a ocupação acelerada da região, o que por sua vez “criou as condições necessárias para instalação na Amazônia de grandes empresas nacionais e transnacionais do setor minero-metalurgico.” (Jatobá & Cidade, 2004, p.5) O Projeto Grande Carajás, por exemplo, foi implementado na região sudeste do Pará e é a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo e continua até hoje a criar conflitos com populações indígenas na região, por conta da poluição causada pela ferrovia que conecta a mina ao mar, duplicada em 2017. (Campelo, 2018)

A floresta é importante fator no equilíbrio ecológico do planeta, não somente pela retenção de carbono, que mitiga as emissões realizadas pela humanidade, mas também por exemplo na manutenção das dinâmicas de chuvas. O ato de desmatar, portanto, destrói a cobertura vegetal e libera todo o gás carbônico retido pelas árvores que foram cortadas, intensificando o desequilíbrio ecológico em curso. (Porto-Gonçalves, 2015) Apenas na década de 1980 o desmatamento alcançou 300 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 6% da área total da Amazônia legal. Além disso, a construção da Transamazônica resultou na morte de

8 mil indígenas e na degradação de imensas áreas de floresta. Tal estrada é proclamada por Bolsonaro como o grande legado dos militares, fato que aponta para a tendência agressiva do presidente para com os grupos indígena, bem como sua admiração ao projeto militar autoritário. (Nogueira, 2017)

As obras de infraestrutura que são marca do regime militar não se limitam ao seu tempo histórico e até hoje continuam a ser parte da paisagem da floresta. Porém, com o reconhecimento dos direitos indígenas a terra na Constituição de 1988 a empreitada dos Mega Projetos ganha outro aspecto problemático para além da degradação da floresta, passando a invadir as terras indígenas e unidades de conservação (UC) e ameaçando a manutenção da existência de seu modo de vida. Em 2015, 61% das UCs federais e estaduais tem projetos minerários ocorrendo dentro de suas limitações. Outro dado que aponta para a dificuldade do governo brasileiro em garantir o modo de vida indígena é que a Constituição de 1988 prometia a demarcação de todas as terras em até 5 anos. Hoje, mais de 30 anos depois, menos da metade das terras indígenas tiveram seu processo de demarcação concluído. (Vieira *et al.* 2015; Lima, 2019)

Apesar da atenção conferida ao aspecto social durante os governos PT, a demarcação de Terras Indígenas foi também uma dificuldade no que se trata da preocupação de Lula e Dilma em relação aos povos indígenas. O projeto ambiental de Marina Silva como ministra do meio ambiente apresentou diversas propostas positivas nessa relação, mas poucas foram postas em práticas. Além disso, o neodesenvolvimentismo dos governos progressistas latino americanos, no qual se enquadram os governos petistas, foi marcado por uma insistente empreitada de Mega Projetos, principalmente usinas hidrelétricas cujo exemplo marcante é a Usina de Belo Monte, inaugurada no ano passado mas fruto do governo Lula, no qual o projeto recebeu licitação, não sem resistência por parte de grupos indígenas, como os Kayapó que tiveram sua terra diretamente afetada, sem mencionar o alargamento das produções agrícolas que ganha momentum nos governos PT. (Kageyama & Santos, 2012; Turner & Fajans-Turner, 2006)

Com o avanço do neoliberalismo o cenário produtivo e de investimento se modifica, especialmente a partir dos anos 2000 quando a economia brasileira demonstra uma recuperação de fato das sucessivas crises de endividamento externo, herança da ditadura militar, e o mundo econômico internacional passa por uma mudança de cenário em relação as commodities primárias. O fluxo do capital

neoliberal sofre uma transformação a partir desse momento, se destinando cada vez mais a

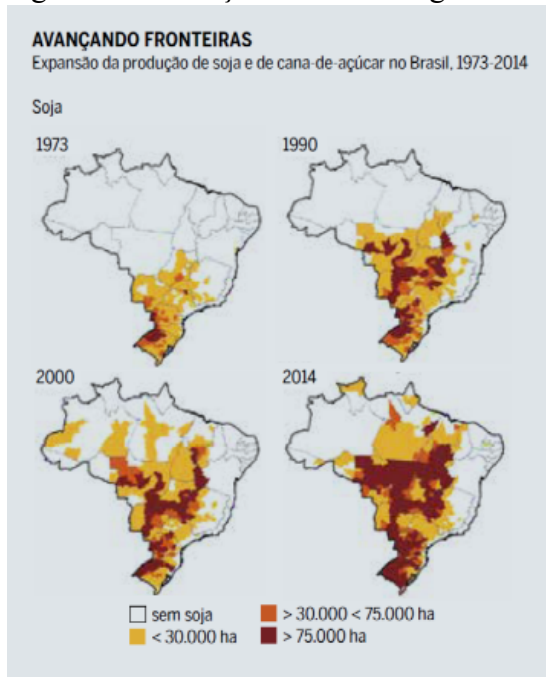
extraction of natural resources, both renewable and non-renewable, including fossil and biofuels for energy, precious metals and industrial minerals, as well as agrofoods products and the large scale acquisition of land (land-grabbing) for the purpose of accessing these resources directly (as opposed to trading them) or in regard to some of the governments involved in this global land grab, the food and energy security needs of some countries (Zibechi, 2018, p.360)

O destino de tais investimentos muda não somente em relação ao tipo de negócio, hoje em dia 30% do Investimento Direto Externo vai para áreas de mineração e agronegócio, mas também em relação aos países que os recebem, atualmente localizados no sul global, principalmente na América do Sul, por conta da abundância de recursos naturais e terra produtiva, cujo Brasil é o principal representante. O fator da segurança alimentar apresentado é fundamental pra a compreensão do interesse chinês na economia (e no território) brasileiro, dado que o país asiático tem mais de um bilhão de pessoas e apenas 9% de suas terras são agriculturáveis. (Zibechi, 2018)

A mudança de foco lucrativo do capitalismo global, portanto, tem efeito direto na direção econômica tomada pelo Brasil, de retomada de produção agrícola e pecuária para exportação, o que por sua vez tem efeito direto na preservação ambiental dos biomas brasileiros em geral mas mais especificamente sobre a floresta amazônica. A nova orientação econômica e ambiental do país, portanto, remonta ao conceito de extrativismo em seu sentido capitalista de “extração desenfreada de recursos naturais, sem preocupação com a sustentabilidade e (...) a remoção de grandes volumes de recursos naturais destinados a exportação, não se limitando a produtos minerais ou petróleo” (Dilger & Filho, 2016, p.20) O extrativismo brasileiro, como visto até então, tem importante participação dos minérios de ferro, e na virada do século XXI, ao retomar a produção em larga escala de soja, o Brasil intensifica a transformação da sua paisagem em desertos verdes dada a monocultura e o uso de agrotóxicos que dificultam a recuperação do solo. A cada vez maior importância da Amazônia na produção agrícola do Brasil fica clara na imagem abaixo, retirada do Atlas do Agronegócio, de 2018⁶.

⁶ Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf Acesso em: 03.Mai.2020

Figura 1: O avanço da fronteira agrícola no Brasil



A floresta amazônica, portanto, é cada vez mais passível de desaparecimento dado que continua a ser desmatada em larga escala para a criação de pastos e monoculturas de soja, que por sua vez degradam a riqueza do solo e da floresta, sujeita também a atividade ilegal de madeireiros. De acordo com Luiz Marques, os 50 anos de desenvolvimentismo foram responsáveis pela remoção de mais de 1,8 milhão de km² de cobertura vegetal, que “para converter suas magníficas paisagens naturais em zonas fornecedoras de carne e ração animal, em escala nacional e global, representa o mais fulminante ecocídio jamais perpetrado pela espécie humana” (Marques, 2020, p.9)

O ecocídio da floresta amazônica acima citado é também, como já demonstrado brevemente, acompanhado por uma violência em relação as comunidades indígenas, que tem seus territórios invadidos por projetos desenvolvimentistas, por garimpeiros e madeireiros. (Vieira *et al.*, 2018) A invasão de terras indígenas não é exclusividade do governo Bolsonaro, pelo contrário é um processo que vem ocorrendo desde o momento em que as comunidades indígenas brasileiras tem seu direito a terra reconhecidos. Porém, diferente dos governos anteriores, o atual presidente da República incita a violência contra esses grupos de forma a anular a sua singularidade cultural, retomando uma retórica de que os mesmos impedem o desenvolvimento do país, dado que habitam regiões ricas em recursos que, segundo ele, são de propriedade do Estado brasileiro. Os constantes ataques de Bolsonaro as comunidades tradicionais, bem como seu descaso com o

meio ambiente, levaram a denuncia do mesmo ao Tribunal Penal Internacional (TPI) por genocídio contra os povos indígenas do Brasil e ecocídio contra nossa biodiversidade. (Strochero, 2019)

2.3 O Governo Bolsonaro: o Genocídio Indígena e o Ecocídio Acelerado

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o Brasil conta com uma população de 896 mil indígenas, divididos em 256 povos diferentes e falantes de mais de 150 línguas. A diversidade de comunidades e culturas, portanto, é imensa. Apesar de buscar fugir de generalizações em relação aos indígenas⁷, o reconhecimento dos mesmos como tal por parte do Estado é o que determina que os crimes incitados pelo senhor Bolsonaro atinjam as mais diversas comunidades, independente de suas culturas individuais. Os Karipunas, etnia que habita o Estado de Rondônia, por exemplo, estão atualmente ameaçados de genocídio, dado que restam pouco mais de 20 integrantes da comunidade. As políticas de desmonte das fiscalizações ambientais bem como a incitação direta do Presidente a exploração econômica da Amazônia, culminaram no quase genocídio dessa população, dado que sua terra está entre as 10 terras indígenas mais desmatadas. (Dantas, 2019). Os Guajajara, que habitam a região do Maranhão, são outra comunidade fortemente afetada pelas medidas do presidente dado que tem suas terras constantemente invadidas por madeireiros, possíveis responsáveis pelo assassinato do líder Pedro Paulino Guajarara, integrante dos Guardiões da Floresta, grupo responsável pela defesa do território indígena contra exploração ilegal. (Jiménez, 2019; Guajajara, 2019)

O crime do qual Bolsonaro é acusado, segundo o advogado Belisário dos Santos Jr., um dos relatores da denuncia ao TPI, não é “um genocídio puro, de 500 pessoas mortas no chão. O risco de genocídio por palavras, atos e omissões é o que motiva a comunicação.” (Idoeta, 2019) O posicionamento de Jair Bolsonaro em relação aos indígenas e a exploração da Amazônia é claro, como demonstram inúmeras de suas afirmações antes e durante o seu mandato. Em conversa com jornalistas em Tóquio, o atual presidente brasileiro afirmou: “A Amazônia tem que ser explorada, não abro mão disso”. (Moreira, 2019). Durante sua campanha

⁷ Tal preocupação metodológica será mais profundamente abordada no quarto capítulo do presente trabalho.

eleitoral afirmou abertamente que seu governo não demarcaria nem mais um centímetro de terras indígenas, colocando-as como entrave ao desenvolvimento do país: “Tem locais aqui que para produzir alguma coisa, você não consegue, porque não pode seguir em uma linha reta para exportar ou vender, porque precisa desviar de algum quilombola ou terra indígena. Se eu fosse fazendeiro, não vou falar o que eu faria não, mas eu deixaria de ter dor de cabeça” (Putti, 2019) De acordo com dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as invasões ilegais de terras indígenas em todo o Brasil no ano de 2019 aumentaram 44% em relação a 2018. (Bbc News Mundo, 2019)

As falas do presidente sobre os grupos indígenas, portanto, não deixam margem para dúvida sobre as ações que ele acredita serem legítimas e/ou necessárias em relações a essas populações vulneráveis. As ideias de Bolsonaro, porém, ultrapassam apenas a retórica, se traduzindo em medidas efetivas contra os povos indígenas, além de incitar a violência por parte de terceiros, como demonstra o dado do Cimi supracitado. Uma das primeiras ações diretas da presidência no governo foi a tentativa de transferir o poder de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, que tem interesses diametralmente opostos aos daquelas populações. A medida foi barrada pelo congresso brasileiro que devolve a incumbência a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que por sua vez é alvo de esvaziamento de sua pauta. Em final de novembro de 2019, o presidente da FUNAI determinou que funcionários da Fundação não mais poderiam realizar visitas a terras indígenas que não tiveram seu processo de demarcação finalizado, o que vai de encontro a constituição federal. (Borges, 2019)

O movimento Nenhuma Gota a Mais, congregação de indígenas que durante 45 dias percorreu 12 países da Europa a fim de “denunciar as graves violações perpetradas contra os povos indígenas e o meio ambiente do Brasil, que vem ocorrendo sistematicamente desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, em janeiro desse ano”, reafirma a preocupação latente em relação as ações do presidente chamando atenção para o fato de o relatório da ONU sobre mudanças climáticas, grande preocupação ambiental, ter citado a importância das comunidades indígenas na preservação do ecossistema do mundo. (Nenhuma Gota a Mais, s.d.)Bolsonaro, porém, falha em compreender tal importância estimulando o desmatamento, o garimpo ilegal e a invasão de terras indígenas, como foi aqui brevemente demonstrado.

2.4 Reflexões Finais

O desenvolvimento econômico explorado no primeiro capítulo foi agora apresentado com um enfoque mais específico de como o sistema produtivo promovido por ele afeta o meio ambiente e, por consequência, a manutenção da vida de comunidades indígenas, especialmente com a guinada neoliberal no século XXI que retomou a alta lucratividade em setores agrícolas e pecuários. A exploração da natureza da forma que foi explorada pelo presente capítulo tem, como demonstrado, sustentação ontológica no pensamento “moderno” que considera o homem como externo a natureza e, por conta de sua capacidade de reflexão, superior a ela e por isso passível de domina-la. A elevação do homem a condição de superioridade parte de pensadores europeus e por isso entende como humano apenas a sua forma de organização social, o que é também raiz do discurso desenvolvimentista, que visa proliferar tal organização.

A floresta amazônica foi utilizada como ponto de análise dos efeitos funestos do extrativismo humano tanto em seu aspecto agroexportador, retomado com fervor por Jair Bolsonaro, como na empreitada dos Mega Projetos de infraestrutura, que tem início na região durante o governo militar e perdura até hoje. A Usina de Belo Monte, por exemplo, foi inaugurada em meados do ano passado e foi responsável por uma drástica redução da vazão de águas na região, o que afeta diretamente as aldeias das etnas jurunas e araras, do Território Indígena do Rio Xingu. (Fellet, 2019) O posicionamento do presidente em relação a exploração da Amazônia e de seus recursos bem como suas alegações em relações aos povos indígenas deixa clara a urgência do tema não somente no que se trata do respeito à existência dos povos indígenas mas também na preservação de nosso ecossistema, que caso continue a ser degradado no ritmo atual poderá levar a extinção da vida como conhecemos.

A Amazônia, que perdeu cerca de 800 mil km² de cobertura florestal em 50 anos e perderá outras muitas dezenas de milhares sob a sanha ecocida de Bolsonaro, tornou-se, em sua porção sul e leste, uma paisagem desolada de pastos em via de degradação. (...) para a necropolítica de Bolsonaro a destruição da vida, do que resta do patrimônio brasileiro tornou-se um programa de governo e uma verdadeira obsessão. (Marquez, 2020, p.9-10)

O próximo capítulo irá explorar a importância de criarmos a possibilidade de outros caminhos, desconstruindo a ideia do desenvolvimento extrativista e capitalista

como único possível, dado que como visto até aqui as consequências ambientais e sociais de tal caminho são diversas.

Capítulo 3: Descolonizar o desenvolvimento e desconstruí-lo como único caminho possível: uma defesa do pluriverso.

“A ideia de que nós, os humanos, nos descolamos da terra, vivendo em uma abstração civilizatória é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e se possível, a mesma língua para todo mundo.” (Krenak, 2019, p.23)

O desenvolvimento econômico, como apresentado nos capítulos anteriores, é marcado por uma ideia linear de progresso que tem como objetivo fim alcançar o patamar de modernidade dos países considerados desenvolvidos, todos esses localizados no Norte global. O modelo de sociedade a ser reproduzida de forma universal tem como aspecto central de sua ideia de civilização o domínio da natureza e, por consequência, de outros povos cujas percepções de mundo são descartadas e colocadas em um lugar de atraso no fluxo da história que culmina nas sociedades europeias, dado que não se assemelham ao projeto europeu de desenvolvimento. A empreitada desenvolvimentista, portanto, se apresenta ao mundo como o único caminho possível para que as benesses da modernidade alcancem a todos igualmente. Porém, para que se reconheça a validade desse discurso que se coloca como o caminho a ser seguido é necessário compreender de que forma as sociedades europeias hoje colocadas como objetivo alcançaram tal patamar de modernidade para que assim, se compreenda de fato as implicações do discurso do desenvolvimento econômico e a falsa ideia de universalização que o acompanha. E assim, podendo caminhar para a construção de uma outra compreensão de mundo, dentro do qual caibam caminhos diversos e entendimentos diferenciados co-existam sem excluir-se. (Escobar, 1995; Dalby, 2014; Rojas, 2020)

O presente capítulo portanto, irá versar sobre a origem colonial do desenvolvimento, já brevemente apresentada, e as consequências ontológicas e epistemológicas de tal origem a fim de quebrar a posição de privilégio da visão de

mundo ocidental que é hoje imposta a diversas outras formas de existir. Ao retirar a autoridade do desenvolvimento e da modernidade europeia busca-se apresentar uma construção teórica de um mundo pluriversal, no qual as diferenças operem de forma não hierarquizada. Para tanto irei partir da teoria da dependência apresentada no primeiro capítulo a fim de apontar um equívoco de funcionamento da prática desenvolvimentista. A seguir irei apresentar o caráter decolonial da crítica ao desenvolvimento que reafirma a dependência intrínseca entre modernidade e colonialidade, demonstrando as diversas violências constituintes do discurso do desenvolvimento. Por fim, buscarei explorar a possibilidade de construção de uma outra realidade na qual não impera uma forma de existir mas sim diversas, cada qual com sua particularidade.

3.1 Da Teoria da Dependência a Herança Colonial

A teoria da dependência, apresentada no primeiro capítulo a partir principalmente do trabalho da CEPAL e de Raul Prebisch, é tomada como ponto de partida da crítica a ser construída pelo presente capítulo. Conforme o que foi apresentado, a teoria da dependência que ganha relevância nos anos 70 era fundamentada na ideia de que havia uma correlação intrínseca entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, ou seja, chamava atenção para como a modernidade europeia almejada como objetivo dependia do subdesenvolvimento de países periféricos para se sustentar. Enquanto as teorias cepalinas buscavam meios de superar a dependência entre os dois polos, propondo por exemplo a substituição de importação como forma de superar a interdependência e elevar os países latino americanos, outros teóricos como Gunder Frank e Immanuel Wallerstein irão demonstrar a impossibilidade de superação da subordinação, enxergando na organização econômica do mundo uma desigualdade intrínseca e insuperável. (Prebisch, 1950; Frank, 1966; Babones, 2016)

Andre Gunder Frank é um importante crítico da escola do desenvolvimento, na medida em que acredita não ser possível aplicar um modelo econômico sem levar em consideração as particularidades históricas de cada Estado, o que é desconsiderado pelo desenvolvimentismo que prevê uma receita única a todos os países do mundo. Para além da crítica metodológica, Gunder Frank argumenta que um mesmo processo que gera o desenvolvimento leva ao subdesenvolvimento, apontando para uma dialética entre os dois polos. Ou seja, segundo ele, não é

possível pensar o desenvolvimento de forma restrita a apenas um Estado, é necessário olhar para a totalidade, para as relações que tal Estado estabelece dentro do quadro internacional em que existe. E, de acordo com a teoria do autor, a relação no internacional se dá de forma que os países centrais suguem sistematicamente a renda dos periféricos, o que impede o desenvolvimento de fato desses países bem como paralisa a hierarquia. As relações entre centro e periferia são, portanto, intrinsecamente desiguais na organização do sistema-mundo. (Frank, 1966)

O conceito de sistema-mundo foi criado por Immanuel Wallerstein na década de 70 com o objetivo de estudar o avanço do capitalismo ao longo do tempo e consiste em uma organização social de larga escala, na qual as diferentes sociedades estão embebidas. Segundo o sociólogo, antes do longo século XIV (1460 – 1640), diversos sistemas-mundo coexistiam, mas após 1640 a grande maioria do mundo se tornou integrada, direta ou indiretamente, em um único mercado global. Dessa forma, o sistema-mundo que até hoje impera é catalogado por Wallerstein como uma economia-mundo, que teve seu coração histórico na Europa Ocidental, e que é pautada por uma hierarquia centro-periferia que provém da maneira como as sociedades foram historicamente incorporadas a essa economia-mundo. Ou seja, para ele o comércio internacional não é formado por economias nacionais autônomas, mas sim por uma Divisão Internacional do Trabalho, marcada pelo interesse capitalista de lucro monopolista e acúmulo de capital, que hierarquiza países como centrais, semi-periféricos e periféricos. (Babones, 2018)

O conceito de Wallerstein, portanto, visa demonstrar a dependência apontada por Gunder Frank, chamando atenção para o fato de que a economia mundial integra os países de uma determinada maneira que os congela naquela posição. Para além dessa questão, Wallerstein chama atenção para a origem do sistema-mundo que impera hoje no internacional, origem essa europeia, ocidental e colonial dado que a economia-mundo apresentada se dissemina por meio da empreitada expansionista europeia, essa recheada de violências. (Babones, 2018)

A dominação europeia de outros povos não somente originou em primeira instância a organização econômica e política que impera atualmente mas também foi condição de possibilidade para a chamada modernidade europeia, a civilização do domínio da natureza que é o objetivo fim do desenvolvimento. De acordo com Lévi-Strauss:

as sociedades que denominamos atualmente de subdesenvolvidas não o são por sua própria causa, e erraríamos em concebê-las como exteriores ao desenvolvimento ocidental ou como tendo ficado indiferentes diante dele. Na verdade, são essas sociedades que, por sua destruição direta ou indireta entre os séculos XVI e XIX, tornaram possível o desenvolvimento do mundo ocidental. (Lévi-Strauss, 1993)

Ou seja, foi exatamente o sistema colonial que saqueava as riquezas das colônias e as destinava sem nenhum retorno as sociedades europeias que possibilitou que a Europa se tornasse o polo da modernidade e o objetivo a ser alcançado. A dependência entre desenvolvido e subdesenvolvido que ainda hoje impera é uma continuidade do colonialismo também no sentido de que as riquezas dos países periféricos continua a ser destinada aos países centrais, principalmente com a onda neoliberal dos anos 2000 que incitou um retorno a vocação agrícola de países como o Brasil, vale ressaltar organizada por meio do sistema de plantation e da monocultura, herdado também da ocupação europeia. (Zibechi, 2018)

Para além dos saques materiais, o sistema colonial deixou marcas profundas no imaginário da população subordinada e subtraída de sua forma de existência, considerada não válida. Anibal Quijano, importante pensador decolonial, irá chamar atenção para a influência do colonialismo na subjetividade do colonizado, que aspirava se tornar seu opressor por conta da disseminação da cultura europeia como superior bem como os privilégios intrínsecos a posição europeia, que fazia com que o colonizado desejasse alcançar tal patamar. Assim sendo, a colonialidade continua a influenciar as estruturas atuais exatamente por ter tornado a cultura europeia sedutora aos olhos do colonizado. (Quijano, 2007)

3.2 A autoridade do conhecimento europeu e a eliminação de alternativas

A ascensão da cultura europeia a um patamar de privilégio, portanto, depende de violências intrínsecas ao sistema colonial que subjugaram outras compreensões de mundo e a tornaram almejada por seus subordinados, sem mencionar o desvio direto de riquezas que possibilitaram a modernidade. A autoridade da organização europeia em detrimento de outros modos de vida é produto do mito que marcava o pensamento europeu que acreditava que “a modernidade europeia originou-se internamente, em sua própria história” (Rojas, 2020, p. 11) Assim sendo, o sentimento de desprezo do conhecimento europeu em relação ao outro é consequência dessa ideia, dado que entende que a Europa tem

uma origem singular e portanto nada tem a aprender com as outras culturas e compreensões de mundo, principalmente quando esta desafia a separação fundamental da modernidade entre cultura e natureza, que é o caso, por exemplo, das cosmologias indígenas. Estes outros *life-worlds* constituem assim o exterior da modernidade, aquilo que ela nega como alternativa. (Rojas, 2020)

Latour também chama atenção para a centralidade da divisão natureza-cultura em nosso entendimento de modernidade e, mais importante, para como a partir dela os modernos separam-se das outras culturas que “sejam eles chineses, ameríndios, zandes ou baroyas, não podem separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é daquilo que suas culturas requerem” (Latour, 1991, p.98). Segundo o antropólogo a modernidade se sustenta nessas duas divisões principais, entre natureza e cultura e entre os modernos e não modernos, tendo sempre como centro de orientação a civilização europeia capitalista. (Latour, 1991)

De acordo com Dussel (1993 *apud* Rojas, 2020), o eurocentrismo que é central a modernidade e ao colonialismo, no contexto contemporâneo, “está conectado a “falácia do desenvolvimentismo” que afirma que a trajetória do desenvolvimento “deve ser seguida unilateralmente por todas as culturas”” (Rojas, 2020, p. 530) Ao reconhecer a herança colonial na estrutura desenvolvimentista, Quijano questiona a ideia de desenvolvimento como objetivo: segundo ele, o necessário para os países latino-americanos não é se desenvolver, mas sim se descolonizar, quebrar a colonialidade do poder que continua a influenciar o imaginário da modernidade, para que se possa superar o modelo capitalista como única forma de se pensar o futuro. (Quijano, 1999)

A tarefa, porém, não é nada simples dado que o ponto de crítica, os modos de vidas outros, são desconsiderados dentro da forma atual como organizamos o mundo, especialmente no que se trata da esfera econômica, na qual opera o desenvolvimentismo. A centralidade conferida ao capital, a produção de lucro, é importante ponto de tensão na desconstrução do desenvolvimento como caminho singular, dado que a autonomia absoluta conferida a esfera econômica torna difícil questioná-la e, principalmente, constrói uma retórica nas quais as alternativas apresentadas ao caminho capitalista moderno são construídas como infernais. De acordo com Isabelle Stengers a busca incessante por progresso é a narrativa de uma primeira história do mundo, a qual todos conhecemos bem, que é marcada por uma

intrínseca competitividade e por ser um processo que “segue a flecha do tempo” (Stengers, 2015, p.7), ou seja, é imparável e inescapável. Ela apresenta a ideia de *alternativas infernais* como o mecanismo que cria a falsa ideia de que não há outro caminho possível, ou se há, é colocado como extremamente pior e mais danoso ao conjunto. Esse é um mecanismo fundamental da forma como opera o discurso desenvolvimentista que não somente exclui as alternativas de seu escopo mas também e principalmente cria um discurso que as subtrai por completo de valor reafirmando a promessa de qualidade de vida do sistema capitalista. (Stengers, 2015)

A fim de quebrar a autoridade do discurso econômico que coloca como imperativo ao bem-estar a adoção do caminho desenvolvimentista é preciso repolitizar a economia, quebrando assim a centralidade conferida ao capital e seu acúmulo como forma de garantia de bem-estar. De acordo com J.K Gibson-Graham, o capitalocentrismo produz um discurso dominante que distribui valor positivo as atividades associadas ao capitalismo e que quando atribui algum tipo de valor a outras organizações é um valor menor, “identifying them *in relation* to capitalism as the same as, the opposite of, a complement to, or contained within.” (2006, p.56) As autoras propõe então quebrar o condensamento da diferença produzido por esse discurso, que ao ter o capitalismo como centro de orientação não consegue compreender o diferente sem construí-lo em relação ao conhecido, a norma estabelecida. (Gibson-Graham, 2006)

Boaventura de Souza Santos também chama atenção para como o modo de produção capitalista que marca o desenvolvimento possui papel de centralidade na razão que organiza o mundo e a compreensão sobre o mesmo. De acordo com o autor português a razão ocidental, que limita as possibilidades de existência, é orientada por cinco monoculturas, dentre elas a monocultura do produtivismo capitalista, que se expressa na “ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza” (Santos, 2007,p.31) ou seja, excluem do seu escopo tudo o que não é considerado produtivo em seus próprios termos. De acordo com Santos a razão ocidental tem uma forma ativa de produzir o que não é existente, tornando assim a realidade presente muito mais compacta do que poderia ser (ou de fato é). (Santos, 2007)

Boaventura busca expor a razão ocidental como uma “razão indolente, preguiçosa, que se considera única, exclusiva e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo” (2007, p.25). Como afirmado anteriormente, essa razão é marcada por cinco monoculturas que criam cinco formas distintas de produzir ausência, a monocultura do produtivismo capitalista cria o improdutivo. A monocultura da escala dominante, por sua vez, nega como válida a realidade local, particular, tomando como crível apenas o nível global e hegemônico. Essa monocultura fica clara no discurso do desenvolvimento, marcadamente universal e hegemônico que não leva em consideração o nível local, o que fica explícito por exemplo quando compreendemos que dentro dos próprios países desenvolvidos ainda há subdesenvolvimento que é ignorado dado que o país é universalmente considerado. (Santos, 2007; Lang, 2016)

Uma terceira monocultura apresentada por Santos é a monocultura do tempo linear, também central ao desenvolvimento, que se baseia na “ideia de que a história tem um sentido, uma direção, e de que os países desenvolvidos estão na dianteira” (2007, p.30). Rojas também chama atenção para o sentido que conferimos a história, como se ela mesma caminhasse em direção ao que é correto, remontando por exemplo a ideia de Francis Fukuyama de que uma vez que o capitalismo e seus valores tivessem alcançado o mundo todo tivéssemos chegado ao fim da história. Tal perspectiva tem como fundamento uma negligência em relação ao passado, no qual, de acordo com a perspectiva, habitam por exemplo comunidades tradicionais. (Rojas, 2020; Fukuyama, 1992)

O conhecimento de povos tradicionais é também excluído do escopo da razão ocidental por conta da monocultura do saber e do rigor, que pressupõe que o conhecimento científico ocidental é o único saber que é rigoroso, considerado assim desde a expansão europeia. Tal monocultura “reduz a realidade porque descredibiliza não somente os conhecimentos alternativos mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos” (Santos, 2007, p.29) Diretamente relacionado a construção de outras formas de compreensão como não rigorosas está a forma como a razão ocidental lida com a diferença, refletida na última monocultura a ser apresentada: a monocultura da naturalização das diferenças, que afirma que os inferiorizados nas relações sociais o são por natureza, o que remonta a divisão de Latour apresentada anteriormente.

Concluindo, “A razão ocidental não sabe pensar diferenças com igualdade, as diferenças são sempre desiguais” (Santos, 2007, p.30)

Assim sendo, a partir das cinco monoculturas propostas por Santos e aqui apresentadas reconhece-se que a razão ocidental reduz o presente ao excluir de seu escopo diversas alternativas tornando as ativamente ausentes, tachando as como improdutivas, local ou particular, residual do passado, ignorante, inferior. Além disso, a razão ocidental expande o futuro dado que já pressupõe que conhece o destino, que é o progresso o desenvolvimento. Ou seja, a razão ocidental chamada por Santos de preguiçosa não somente contrai o presente como também expande o futuro. A fim de questiona-la o sociólogo português propõe a abordagem contrária: “ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências e contrair o futuro para reparar-lo.” (Santos, 2007, p.26)

Até aqui a intenção do presente capítulo foi expor a origem colonial do discurso desenvolvimentista, que culminou na organização do mundo tal qual compreendemos hoje, demonstrando a violência intrínseca a esse processo. De acordo com Rojas o movimento de “tornar visíveis os mecanismos por meio dos quais a racionalidade moderna administra o mundo e legitima a universalidade do conhecimento moderno” (Rojas, 2020, p.527) constituiu momento ontológico da crítica a modernidade. A autoridade do conhecimento europeu e capitalista faz com que se produza no imaginário do cidadão comum a ideia de que não existem outras formas de caminhar na história dado que, como aqui exposto, o discurso dominante exclui ativamente as alternativas de seu escopo. Assim sendo, agora irei explorar ferramentas que contribuam para a construção de um outro mundo, no qual operem diversos saberes, inclusive o científico quando esse deixar de operar de forma autoritária, apresentando assim a crítica epistemológica a modernidade e ao desenvolvimento, cuja intenção é “interromper o compromisso moderno com a existência de apenas um mundo” (Rojas, 2020, p.528)

3.3 A construção de um mundo plural

A partir da proposta de Boaventura de expandir o presente para nele incluir diversas realidades, o autor apresenta cinco ecologias que enfrentem as monoculturas que orientam a razão ocidental, passando assim a construir uma racionalidade na qual os conhecimentos até então “ausentes se tornem presentes” (Santos, 2007, p. 5) É interessante conferir um momento de atenção as

nomenclaturas utilizadas por ele que se inserem dentro da problemática ambiental tomada como ponto de tensão no segundo capítulo, fazendo uma afirmação contrária a produção de monoculturas que contribuem para a degradação do meio ambiente pela qual passa o mundo por conta da empreitada desenvolvimentista e promovendo uma defesa de uma ecologia, na qual imperam equilíbrios de saberes. De acordo com Rojas o questionamento da separação natureza e cultura é essencial para a crítica epistemológica da modernidade, que segundo ela é deixada de lado pelos atores decoloniais do grupo modernidade-colonialidade que constroem o dualismo como mutualmente construído, tal qual Quijano previamente apresentado. (Rojas, 2020)

A degradação do meio ambiente é trazido também como ponto de tensão por Boaventura ao defender a ecologia dos saberes que constituiria a nova racionalidade proposta por ele, dado que o autor afirma que “para preservar a biodiversidade de nada serve a ciência moderna. Ao contrário, ela destrói” (2007, p.33) clamando assim pela valorização dos saberes que de fato sabem preservar a biodiversidade. Os saberes indígenas, por exemplo, possuem uma compreensão da biodiversidade que falta ao conhecimento europeu, que não sabe lidar com tamanha complexidade. (Porto-Gonçalves, 2015) A intenção de Boaventura é valorizar conhecimentos outros sem excluir da ciência sua validade, apresentando a não como “monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes” (Santos, 2007, p.33)

Além da ecologia dos saberes Boaventura apresenta também a ecologia das temporalidades, que prevê compreender que existem outras formas de tempo, que não o linear. Diversas comunidades indígenas, por exemplo, enxergam o passado no presente e é necessário reconhecer seu entendimento como válido. A ecologia das produtividades que também constrói a racionalidade plural tem como objetivo a “recuperação, valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionadas, da economia solidária, etc. que a ortodoxia capitalista ocultou” (Santos, 2007, p.36) Essa ecologia conversa diretamente com a proposta de Gibson-Graham de construir uma linguagem política da esfera econômica, visando criar condições sob as quais se torna possível “step outside the condensing and displacing powers of capitalocentrism and give the full diversity of economic relations and practices the space to exist in all their specificity and independence” (2006, p.59)

Para que reconhecimento de outras práticas econômicas, que geralmente se dão em locais particulares, seja válido é necessário também que opere a ecologia da transescala, na qual as escalas locais e nacionais sejam articuladas com a global e assim valorizadas e reconhecidas. Além disso, para que a racionalidade que caminha para um mundo mais plural possa operar é fundamental que ocorra uma quebra da forma como aprendemos a lidar com a diferença, deixando de hierarquiza-las e produzindo assim a ecologia do reconhecimento. A ruptura da hierarquização das diferenças é ponto fundamental para que os diversos conhecimentos que operem no mundo plural o façam não de maneira conflituosa mas sim complementar. (Santos, 2007) Segundo Hellen Verran (2012 *apud* Rojas, 2020) o fundamental no questionamento dos limites da modernidade é reconhecer a diferença ao recusar reduzi-la a uma “categoria compartilhada e aceitar que não estamos metafisicamente comprometidos com um mundo em comum” (Rojas, 2020, p.520)

Feliz Guattari em seu livro *As Três Ecologias* apresenta os instrumentos da transversalidade e da heterogeneidade como ferramentas para a construção de um mundo aonde os conhecimentos diferentes operem de forma integrada, quebrando a visão monolítica que temos da realidade. A transversalidade prevê uma forma de enxergar o mundo valorizando a diferença e não apenas hierarquizando-as, tornando-as melhor ou pior do que o modelo referente, mas sim compreendo-as em suas particularidades. É uma forma de pensar que vai de encontro a verticalização hierárquica que marca o conhecimento ocidental e também não prevê a horizontalidade, dado que essa busca apenas tornar igual sem levar em conta as diferenças. No pensamento transversal o valor da diferença é intrínseco a ela. A heterogeneidade, por sua vez, vai de encontro a homogeneização que é característica da forma como opera a modernidade e que, ao encontrar a diferença busca reduzi-la ao mesmo, comparando com uma versão de si. Assim sendo, a heterogeneidade opera na intenção de manter a diferença e a transversalidade de valoriza-la de forma não verticalizada. (Guattari, 2001)

Nas palavras de Stengers, “de uma prática do heterogêneo, não requer que se ‘respeitem as diferenças’, mas que se honrem as divergências. (...) o que pode entrar em comunicação com a palavra ‘honrar’ é o que será apreendido não como uma particularidade do outro mas como **o que o outro faz tem importância**” (2015, p.139, *grifo meu*). Ou seja, para que se deixe de pensar o mundo em

compartimentos hierárquicos definidos um em relação ao outro, não relacionando o que concerne a sociedade e a natureza e excluindo os conhecimentos que o fazem como válido, é necessário que mudemos a nossa relação para com o diferente, passando a enxergar o mundo em redes, conferindo atenção aos processos de hibridização, aonde essas esferas se misturam e confundem, como propõe Bruno Latour (1994). Ailton Krenak expressa bem essa visão na seguinte passagem de seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*

Definitivamente não somos iguais e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos todos iguais, significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar juntos (Krenak, 2019, p.33)

A “alegria de estar junto” apresentada por Krenak seria, portanto, produto direto de uma forma de convívio da diferença que não a enxerga como ameaça mas sim como maneira de aprendizado sobre o outro sem buscar reduzi-lo ao mesmo, construindo assim o almejado pluriverso, conceito que de acordo com Ana Carolina Delgado “addresses the complexity of social relations as it advocates the emergence of diverse knowledge and cosmologies, which, distinguished from the Modern one, do not place the human being in the center of existence” (Delgado, 2018, p.238) Delgado portanto chama atenção para a separação central da modernidade, entre cultura e natureza, como ponto determinante a ser desconstruído pelas outras formas de vida que vem a construir o pluriverso. A autora brasileira chama também atenção para o cuidado necessário ao se construir um mundo pluriversal, que não deve ignorar as disputas internas entre essas alternativas nem generaliza-las de modo a abarcar qualquer tipo de conhecimento fora do escopo tradicional. Ou seja, deve haver portanto um cuidado de tradução em relação as culturas apresentadas como alternativas, que exatamente por operarem em uma lógica diferenciada não devem simplesmente ser assimiladas a instrumentos já conhecidos. Os instrumentos supracitados de Félix Guattari contribuem para que a tradução ocorra não de uma forma reducionista e portanto, devem ser sempre empregados com cuidado de forma a honrar as divergências, como afirma Stengers. (Delgado, 2018; Rojas, 2020; Guatarri, 2001; Stengers, 2015)

3.4 Reflexões Finais

Os discursos e práticas que orientam o paradigma do desenvolvimento são, como aqui demonstrado, continuidade da empreitada colonial que buscava impor um único modo de vida como válido: o europeu. A estrutura do colonialismo, tanto em seu aspecto material como subjetivo, é a base sustentadora da existência da modernidade europeia, ou seja, sem o domínio colonial a Europa não teria o acúmulo de riqueza necessário para consolidar-se em sua posição de objetivo fim de todas as organizações sociais existentes. O mito de que a civilização europeia desenvolveu-se a tal ponto por conta de seus próprios méritos é o que sustenta a hostilidade da razão moderna que constrói o capitalismo europeu como o único caminho a ser seguido. (Rojas, 2020; Lévi-Strauss, 1993)

O reconhecimento da violência intrínseca ao processo de desenvolvimento, que não somente se sustentou sobre o extermínio de outros povos mas também continua a operar de forma a subtrair as riquezas dos países periféricos, constitui tal empreitada como um processo invariavelmente desigual. Portanto, a intenção não é construir desenvolvimentos alternativos mas sim alternativas ao desenvolvimento, essas que são “multiformes, tem sujeitos diversos, ocorrem em muitos âmbitos e em sentidos temporais variados (...) para superar não apenas o capitalismo enquanto relação capital-trabalho como também as dimensões do colonialismo e das relações depredadoras com a Natureza sobre as quais se ergue” (Lang, 2016, p.43/44)

A civilização europeia que se expande por meio do colonialismo tem a divisão entre natureza e cultura como princípio sustentador de sua racionalidade, o que faz com que a mesma subtraia culturas que não operam sob essa distinção de seu escopo de civilização, aproximando essas formas de compreensão do mundo da esfera do natural e assim tornando-os passíveis de dominação. Exatamente por sustentar a sujeição de outras culturas elevando a autoridade do conhecimento europeu tal divisão é colocada como principal ponto de tensão a ser desconstruído para que se possa de fato desbancar a autoridade da modernidade, que deve deixar de operar como receita universal de sucesso. (Rojas, 2020; Latour, 1994)

Para além da desconstrução central entre natureza e cultura/sociedade que culmina na autoridade do conhecimento científico e europeu, subtraído de possibilidade de questionamento, outro movimento crucial de mudança para a construção do mundo pluriversal é a forma como lidamos com a diferença, que deve

deixar de ser hierarquizada e relacional para passar a operar de forma a conviver de forma harmônica, promovendo a alegria de estar junto citada por Krenak, importante liderança indígena brasileira que busca promover a cosmovisão indígena, reafirmando como a mesma opera de forma a honrar as diferenças. De acordo com Kaka Werá Jacupé⁸, indígena brasileiro que realizou uma viagem pelo país com intenção de fazer uma coletânea dos saberes indígenas das mais diferentes comunidades, “de maneira geral, pode-se dizer que o índio classifica a realidade como uma pedra de cristal lapidado que tem muitas faces” (Jacupé, 1998, p.32)

É exatamente pela forma diferenciada da cultura indígena lidar com a diferença e de pela centralidade da divisão cultura natureza na forma como opera o mundo moderno e a necessidade irrevogável de questiona-la como ponto de partida a fim de construir um mundo mais diverso, que o próximo capítulo irá explorar a cosmovisão indígena como um dos muitos conhecimentos a ser valorizados em um mundo pluriversal, dado que esse questiona diretamente a divisão entre cultura e natureza bem como é ponto de tensão a todas as ecologias propostas por Boaventura e aqui apresentadas. De acordo com Viveiros de Castro:

Um outro mundo é possível, porque um outro mundo sempre foi possível, ou melhor, sempre foi atual – ele existe em ato nos mundos ameríndios. Ainda que tudo esteja conspirando para impossibilitar, ou fazer desexistir, estes mundos em nome de um mundo “comum” que se funda, em um paradoxo hipócrita, na enorme desigualdade de acesso a este *comum*, onde o “com-“ é inteiramente esmagado pelo “-um””: um mundo 100% comum, entenda-se, único, mas privatizado pelo 1%. (2017, p.2)

⁸ A opção pela narrativa desse autor específico foi dada em prol do respeito ao lugar de fala, visando evitar tratar da visão indígena de forma generalizante sem de fato conhecer suas semelhanças.

Capítulo 4: Uma dentre muitas: a alternativa indígena amazônica Yanomami ao desenvolvimento

“Porque se a floresta for completamente devastada, nunca mais vai nascer outra. Descendo desses habitantes da terra das nascentes dos rios, filhos e genros de *Omama*. São palavras dele, e as do *xapiri*, surgidas no tempo do sonho, que desejo oferecer aqui aos brancos. Nossos antepassados as possuíam desde o primeiro tempo” Davi Kopenawa, xamã Yanomami no livro *A Queda do Céu* (Kopenawa & Albert, 2015, p.65)

De acordo com o censo do IBGE de 2010 sobre as populações indígenas no Brasil, 74% dos 896.917 que se declaram indígenas residem nas áreas rurais, indo na contramão da tendência geral da população, da qual mais de 80% reside em áreas urbanas. Tal fato, de acordo com o relatório do próprio IBGE, revela “o estrito vínculo com a terra” por parte daqueles que se declaram indígenas. Como já apresentado no segundo capítulo, as populações indígenas possuem uma relação diferenciada com a natureza e a terra em que habitam, o que não implica reproduzir a visão do indígena como força da natureza, dentro da visão ocidental que opera na dicotomia fundamental entre cultura e natureza. Nas cosmovisões indígenas, que possuem infinitas particularidades e pontos de diferenciação, porém, essa diferença fundamental não existe dado que compreende o humano como parte integrante da natureza e vice-versa, considerando-os entidades dependentes que devem se respeitar mutuamente a fim de garantir a continuidade de existência de sua comunidade. (IBGE, 2010; Ramos et. al., 2009)

Neste quarto e último capítulo, pretende-se, portanto, discutir mais a fundo o entendimento de mundo indígena, reconhecendo as diferenças fundamentais desse modelo em relação ao desenvolvimento tradicional e o conhecimento moderno que o sustenta, apresentado e desconstruído até então. A intenção não é romantizar a cosmologia indígena, equiparando-a a uma força da natureza, mas sim compreendê-la em suas particularidades, chamando atenção para a forma como

essas comunidades tradicionais entendem seu relacionamento com o restante do mundo, com as outras organizações sociais. Para além disso, de forma a garantir o respeito as diferenças internas as diversas comunidades indígenas existentes mundo a fora, irei tratar mais especificamente da cosmovisão Yanomami, comunidade indígena Amazônica diretamente afetada pelos problemas ambientais gerados pelo desenvolvimento e apresentados no segundo capítulo, utilizando para tanto o ensaio antropológico *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami* escrito em parceria entre Davi Kopenawa, xamã Yanomami e Bruce Albert, antropólogo francês.

4.1 A categoria do “indígena”: do encontro colonial a estratégia de solidariedade.

As sociedades indígenas que existem ao redor do mundo e continuam a resistir o domínio desenvolvimentista são inúmeras e se espalham por todos os cantos do planeta terra. Apenas no Brasil existem mais de 250 diferentes etnias indígenas, com línguas e costumes diferentes. Assim sendo, é necessário, ao tratar de sociedades indígenas, reconhecer as diferenças internas a cada uma dessas comunidades e suas particularidades de compreensão do mundo, evitando assim homogeneizá-las e subtrair seu poder de contar sua própria história. A própria categoria de “índio” é produto do encontro colonial e do equívoco por parte dos colonizadores que alcançaram as Américas acreditando ter chegado as Índias e assim denominando os povos nativos de “Índios”, categoria que assim passou a se referir aos povos que existiam nos territórios antes da chegada dos europeus. (Viveiros de Castro, 2017)

De acordo com o dicionário Houaiss (*apud* Viveiros de Castro, 2017), indígena significa “natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria” ou “relativo a ou população autóctone de um país que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador”, o que explicita tanto a herança colonial do conceito como a relação particular com o lugar de origem, característica relevante no que se trata da construção de uma identidade indígena, salvo suas particularidades internas. Viveiros de Castro chama atenção para a diferença entre o conceito de indígena, supracitado, e o de índio, que ao contrário do que acredita o senso comum, não são termos intercambiáveis. “Índios são membros de povos e comunidades que tem consciência – seja porque nunca a perderam, seja porque a

recobriram – de suas relações históricas com os indígenas que vivem nessa terra antes da chegada dos europeus.” (Viveiros de Castro, 2017, p.3)

A conexão com um passado, reconhecido e respeitado pelos membros de uma comunidade índia, é também ponto fundamental que permeia diversas das compreensões que se tem de “índios”, o que remonta a ideia ocidental das comunidades indígenas como primitivas, paradas no tempo. De acordo com Lévi-Strauss (1993, p.324): “As sociedades ditas ‘primitivas’ nos aparecem como tais, sobretudo porque foram concebidas para durar”, o que aponta para uma diferença fundamental perante as sociedades modernas que buscam constantemente se desenvolver. A afirmação de Viveiros de Castro apresentada anteriormente acerca do entendimento de índios, que de acordo com ele pode recuperar uma consciência de continuidade com os indígenas originários, portanto, chama atenção para o cuidado em relação a romantização do “primitivo”, que é também dinâmico dado que pode reconstituir-se como tal. (Viveiros de Castro, 2017)

O olhar ocidental muitas vezes atribui validade as comunidades índias de acordo com o quanto essas se assemelham a ideia que temos do passado, o que, como demonstrado pode levar a ideias equivocadas. Por conta da profunda diferença dessas comunidades e de nossas organizações modernas, bem como das diferenças entre elas, todos os cuidados são pouco quando se trata de respeitar seus entendimentos de mundo sem traduzi-los de forma a alcançar as expectativas ocidentais sobre essas comunidades. É exatamente por essa dificuldade que não existe hoje uma definição consenso do que é considerada uma comunidade indígena. A própria declaração da ONU em relação as populações indígenas, assinada em 2007, passou por mais de 20 anos de negociação por conta da dificuldade de se alcançar uma definição consenso. A Declaração da ONU dos Direitos de Pessoas Indígenas (UNDRIP – sigla em inglês) não apresenta uma definição de populações indígenas, o que é por si só um ato político que demonstra que “a lack of definition can serve as suture, an impetus for common struggle” (French, 2011, p.261)

De acordo com Jan Hoffman French, que em seu texto *The Power of Definition: Brazils contribution to Universal Concepts of Indigeneity* explora as mais diversas compreensões que existem de comunidades indígenas, o fator principal no que se trata de indigenidade é o auto-reconhecimento, que deve ser aceito como pilar fundamental pela comunidade internacional no que se trata da compreensão

de pessoas indígenas. O relatório do IBGE do Brasil também traz esse fator ao contabilizar não somente as pessoas que declaram sua cor ou raça como indígena mas também as que não se inserem nessa conta mas respondem a pergunta “Você se considera indígena?” como afirmativa. (French, 2011; IBGE, 2010)

Ao não delimitar a categoria de indígena com definições irrevogáveis reconhece-se, portanto, a pluralidade de jeitos de ser indígena, não se limitando somente a uma ligação com o passado, por exemplo, ou com um estreito vínculo com a terra de origem, o que exclui as comunidades nômades. Porém, mesmo compreendendo-se que as comunidades que se consideram indígenas são inúmeras e muito diferentes entre si, a nomenclatura de “índigena” ganha caráter de resistência, na medida em que é utilizada por grandes líderes da luta indígena para impulsionar suas demandas a níveis globais, garantindo a solidariedade entre esses povos e a unificação de pautas. A principal demanda de comunidades indígenas circunda a auto-determinação, ou seja, o controle de seu próprio destino, a garantia de poder organizar-se de acordo com a própria liberdade. (French, 2011; Lawrence & Morkenstam, 2016)

O importante, portanto, ao adereçar a categoria de indígena é reconhecer sua herança colonial, entender que “quem inventou os índios como categoria genérica foram os grandes especialistas em generalidade, os Brancos, ou por outra, o Estado branco colonial, imperial, republicano” (Viveiros de Castro, 2017, p.4) Para além disso, é necessário reconhecer a emergência política do termo, como forma de reivindicação de direitos e existência plural, feita geralmente em termos de linguagem e categorias brancas, como território, cultura, meio ambiente, de forma a garantir a auto-determinação dos povos indígenas em sua articulação com o mundo ocidental. (Albert, 1995; French, 2011)

4.2 A autodeterminação e o direito a terra, floresta.

Como explicado acima a autodeterminação é a demanda essencial dos povos indígenas para que seja garantida a continuidade de existência de sua forma de vida, sem que se imponham sobre eles os parâmetros ocidentais de organização social, econômica e política. Para as cosmologias indígenas, inclusive, essa diferenciação não faz sentido dado que a esfera econômica é parte de um “whole that cannot be split. It should be understood in its relationship and interdependence with the natural, social, cultural and supernatural environment.” (Baniwa, 2009, p.5). Levar

em consideração as particularidades de cada comunidade em relação ao seu entendimento do que para eles constitui a autodeterminação é, como visto, imprescindível. Porém, ao longo dos anos percebe-se uma tendência comum entre muitas dessas demandas, principalmente no que tange a reivindicação do direito a terra, a qual de acordo com diversos especialistas é pretexto irrevogável para que se possa de fato respeitar os indígenas em seus próprios termos. (Baniwa, 2009; Ramos et. al., 2009)

Davi Kopenawa chama atenção para como a ideia de demarcação de terra não faz parte do entendimento de mundo Yanomami e que o mesmo só a compreendeu quando passou a reivindicar os direitos de seu povo e de sua floresta e então enxergou na demarcação de terra um instrumento para que se pudesse garantir aquilo que ele buscava, ou seja, adaptou sua demanda aos termos ocidentais para que ela fosse de fato ouvida. Como explica Bruce Albert:

Todo o discurso de Davi, que reivindica o direito dos Yanomami a manter o uso exclusivo de seu território tradicional definido como “terra indígena” apoia-se na expressão *urihi noamãi*, -, que significa tanto “recusar-se (a entregar)” como “proteger” (*noamãi*,-) a terra, a floresta (*urihi*). Em geral, ele traduz essa expressão em português dando-lhe ora uma conotação jurídica (“demarcar a nossa terra indígena), ora uma ressonância ambientalista (“proteger a nossa floresta”). (Albert, 1995)

A demanda pela demarcação de terra, portanto, é essencial a continuidade de existência tanto de Davi e sua comunidade como do ambiente em que habitam. A demanda, como afirmado, não é exclusiva da comunidade Yanomami mas sim perpassa a busca por autodeterminação de inúmeras comunidades que compartilham dessa forte conexão com o lugar de origem. A Constituição Brasileira de 1988 previa a demarcação de todas as Terras Indígenas em um período de cinco anos, o que não foi posto em prática dado que mais de 30 anos depois nem metade dessas terras tiveram seu processo de demarcação concluído. A conexão com a terra e a demanda por ela continuam a ser a principal pauta dos movimentos indígenas ao redor do mundo e se articuladas em seus próprios termos trariam também um elemento sobrenatural na sua explicação de conexão com a terra, como explorado a seguir. (Lima, 2019)

4.3 A não separação entre cultura e natureza: o elemento sobrenatural

A despeito da pluralidade formas de ser indígena existem alguns elementos identificados em diversas dessas comunidades, como a demanda por terra acima

apresentada, o que não implica em generaliza-las de forma a homogeneizá-las. As fontes aqui utilizadas são antropólogos e estudiosos que trabalharam por anos com comunidades indígenas e, operando de forma não hierárquica, possuem propriedade para tratar de tal assunto, apesar de em sua maioria não de fato pertencerem a comunidades indígenas, com salvas exceções. A fim de respeitar o lugar de fala e trazer um exemplo mais específico das características apresentadas nesta seção, irei articular as proposições com a cosmologia Yanomami, utilizando como fonte as palavras do xamã Davi Kopenawa.

De acordo com Kaka Werá Jacupé, indígena brasileiro “a maior contribuição que os Povos da Floresta podem deixar ao homem branco é a prática de ser uno com a natureza. (...) Homens, árvores, serras, rios e mares, são um corpo.” (Jacupé, 1998, p.23). A denominação de povos da floresta utilizada por ele remonta a um importante fator da compreensão de mundo indígena, que se entende como um particular dentre muitos outros. Viveiros de Castro afirma que a própria ideia de “povo” pressupõe necessariamente a existência de outros povos, de uma terra “pluralmente povoada de povos” (2017, p.4) Ou seja, a cosmologia indígena não se pretende universal tal qual o desenvolvimento, mas entende-se no particular, perspectiva que deriva também de sua conexão com o lugar de origem, da Terra aonde foram criados e existem, “consideram que precisam se manter agarrados nessa Terra” (Krenak, 2020, p.7)

Compreender a conexão indígena com a natureza implica em impreterivelmente anexar uma nova esfera de articulação do pensamento: o sobrenatural, dado que

entre os povos ditos primitivos a noção de natureza tem sempre um caráter ambíguo: a natureza é pré-cultura e também subcultura, mas é especialmente o terreno no qual o homem pode esperar entrar em contato com os ancestrais, os espíritos e os deuses. Portanto, na noção de natureza há um componente sobrenatural e esta sobre-natureza esta tão incontestavelmente acima da cultura como a própria natureza esta abaixo desta. (Lévi-Strauss, 1995, p.325)

Levi-Strauss, portanto, chama atenção para a posição de privilégio na qual opera essa esfera sobrenatural nas comunidades indígenas. Na cosmologia Yanomami, que será mais profundamente explorada a seguir, “todos os hóspedes e constituintes dessa “terra-floresta” são dotados de uma imagem essencial que os xamãs podem fazer descer sob a forma de espíritos auxiliares responsáveis pela ordem cosmológica dos fenômenos ecológicos e meteorológicos” (Albert, 1995, p.10)

A nomenclatura de “terra-floresta” acima apresentada é produto da problemática acerca da tradução de termos da linguagem ocidental para as linguagens indígenas, como visto com a questão da demarcação da terra, nesse caso específico a linguagem Yanomami. O conceito de natureza, entendido por nós como algo exterior e subjugado a humanidade, pode ser traduzido, e o é dependendo do contexto, de diferentes formas para o ocidental, entende a natureza como um ser vivo e complementar do ser humano e de sua organização social. A tradução mais comum é *urihiri*, a “imagem essencial da floresta”, a qual reflete um valor de “entidade viva (levada à morte pelo desmatamento) dotada de um ‘sopro vital’ e de um ‘princípio de fertilidade’ de origem mítica. Essa *urihi* – “natureza” é habitada e animada pelos espíritos xamânicos, seus guardiães” (Albert, 1995, p.19) Assim sendo, existe toda uma organização mítica que é fundamental a compreensão de natureza por parte dos indígenas, que por conta do desenvolvimento tradicional se veem ameaçados pela destruição não apenas do lugar no qual existem mas de todo o seu entendimento de mundo.

4.4 A iminente Queda do Céu: a Cosmologia Yanomami⁹

Os Yanomami são uma etnia indígena que habita o Norte da Amazônia, mais especificamente o Estado de Roraima e regiões de fronteira com a Venezuela. A população total, tanto no território brasileiro quanto venezuelano, é de cerca de 35.000 pessoas. Conquistaram a demarcação de sua terra, que ocupa 9.664.975 hectares, em 1992 após uma articulação importante do xamã Davi Kopenawa que continua a disseminar as palavras de seu povo ao redor do mundo, buscando chamar atenção para a importância da não exploração da floresta para a continuidade de existência não somente de seu povo, mas de toda a humanidade. Tal preocupação tem uma origem mitológica mas que reflete diretamente os problemas causados pela empreitada extrativista do desenvolvimento explorados no segundo capítulo. (ISA, s.d; Kopenawa & Albert, 2015)

De acordo com o entendimento de mundo Yanomami, no qual a natureza, a cultura e o sobrenatural são conceitos intercambiáveis e dinâmicos, a Terra que habitamos hoje, criada pelo demiurgo *Omama*, um dia foi o céu de uma outra terra,

⁹ A seção não tem a pretensão de resumir o livro de Davi Kopenawa escrito em parceria com Bruce Albert, mas sim chamar atenção a algumas características que considero relevante a proposta do capítulo. Recomendo fortemente a leitura da obra a quem se interessar pelo assunto.

muito mais instável do que a atual, que constantemente “virava outra” o que fez com que o céu caísse sobre as cabeças dos ancestrais humanos que assim viram animais de caça, como explica Davi:

Foi *Omama* que criou a terra e a floresta, o vento que agita suas filhas e os rios cuja água bebemos. Foi ele que nos deu a vida e nos fez muitos. Nossos maiores nos deram a ouvir seu nome desde sempre. No começo, *Omama* e seu irmão *Yoasi* vieram a existência sozinhos. (...) Antes deles, no primeiro tempo, havia apenas gente que chamamos de *yarori*. Esses ancestrais eram humanos com nomes de animais e não paravam de se transformar. Assim, foram aos poucos se tornando os animais de caça que hoje flechamos e comemos. Então, foi a vez de *Omama* vir a existir e recriar a floresta, pois a que havia antes era frágil. Virava outra sem parar, até que, finalmente, o céu desabou sobre ela. (...) Por isso *Omama* teve de criar uma nova floresta, mais sólida, cujo nome é *hutukara*. É também o nome do céu antigo que desabou outrora. *Omama* fixou a imagem dessa nova terra e esticou-a cuidadosamente. (...) Depois, para evitar que desabasse, plantou nas suas profundezas imensas peças de metal, com as quais também fixou os pés do céu. Sem isso, a terra teria ficado arenosa e quebradiça e o céu não teria permanecido no lugar. (Kopenawa & Albert, 2015, p.81)

A ancestralidade dos Yanomami, portanto, continua presente na Terra que hoje habitamos nas figuras dos animais e também dos *xapiri*, que são “as imagens dos ancestrais animais *yaori* que se transformaram no primeiro tempo” (Kopenawa & Albert, 2015, p.111) e que dançam e animam a floresta. Além disso, o trecho acima apresentado chama atenção para a questão supracitada sobre a tradução de termos entre a cultura Yanomami e a ocidental, trazendo um outro nome da floresta, *hutukara*, que remete a uma lembrança da queda do céu que ocorreu no passado, passagem fundamental da cosmologia Yanomami.

Assim como a queda do céu *Hutukara*, os *xapiri* são elemento irrevogável da cosmologia Yanomami, representando os espíritos do passado que trabalham para manter o céu da Terra atual em seu lugar, bem como sustentam os elementos de fertilidade e umidade da floresta, assim “protegendo a floresta e seus habitantes”. (Kopenawa & Albert, 2015, p.65) O contato com os *xapiri* não é possível a todos os Yanomami, cabendo essa vocação apenas a alguns que vem a se tornar xamãs futuramente. O chamado ao xamanismo acompanha a pessoa desde criança, que tem seus sonhos atormentados pela presença das imagens ancestrais. O sonho, na cultura Yanomami, tem uma importância sumária no que se trata do contato com o sobrenatural, constituindo assim “um estado de ausência temporária da imagem corpórea/essencial (*utupë*) que se destaca do invólucro corporal (*siki*) para ir para longe. O sonho xamânico (designado como “o valor do sonho dos espíritos”, *xapiri*

pë nẽ mari) ocorre quando os *xapiri* viajam levando a imagem do sonhador.” (Kopenawa & Albert, 2015, p.616 *nota de rodapé 3*)

O sonho xamânico só ocorre de fato depois que o jovem Yanomami se propõem a passar por todo o ritual para tornar-se xamã, o que consiste em um processo de limpeza do corpo passando por dias de fraqueza e vulnerabilidade e tomando *yãkoana*, uma droga alucinógena que faz “virar outro”. Isso para que os *xapiri* possam, através de suas danças e cantos, transmitir seus conhecimentos da floresta e fazer com que os pensamentos dos xamãs possam “viajar em todas as direções da floresta e do céu” (Kopenawa & Albert, 2015, p.179) De acordo com Davi a fragilidade de consciência é necessária “pois se ficássemos apenas vivos, como gente comum, eles não poderiam endireitar nosso pensamento. Sem virar outro, mantendo-se vigoroso e preocupado com o que nos cerca, seria impossível ver as coisas como os espíritos as veem” (Kopenawa & Albert, 2015, p.141)

Acredito ser muito interessante a forma como opera a relação entre o poder xamânico, necessário a manutenção da floresta e de seus povos, e a vulnerabilidade que o pressupõe, assimilada em alguns momentos a sensação de morte: “A força do *yãkoana* me pegava e em seguida me fazia morrer” (Kopenawa & Albert, 2015, p.98), o que reforça a linha tênue existente entre vida e morte, passado e presente, característica da cosmologia Yanomami e diametralmente oposta as formas ocidentais de entendimento. Importante também é ressaltar a afirmação de Davi de que cada vez menos jovens Yanomami tem interesse em se tornar xamã, mesmo que os espíritos *xapiri* os chamem desde a infância, o contato com os brancos (que como visto ao longo do trabalho buscam impor sua cultura), fez com que esses jovens tivessem “medo do poder da *yãkoana*. Temem morrer e as vezes chegam a mentir para si mesmos, pensando que um dia poderão virar brancos” (Kopenawa & Albert, 2015, p.95)

A aspiração a virar branco, portanto, é um fator que permeia a comunidade Yanomami desde que o contato com a sociedade “moderna” se intensificou, o que se deu principalmente no final dos anos 80 com a constante invasão de garimpeiros as terras Yanomami. Davi narra no livro como a forte depredação da floresta, especialmente das nascentes dos rios, ocasionada por essas invasões, o impulsionou a defender a floresta mundo a fora, buscando dar voz a raiva que nutriu dos brancos por conta dessa depredação que para o seu povo foi acompanhada de recorrentes surtos de epidemias, que eles chamam de epidemias *xawara*.

Quando nos misturamos com os brancos, tudo começa a dar errado. Eles nos prometem mercadorias, quando só pensam em roubar nossa terra. Disparam suas espingardas contra nós quando ficamos bravos. Começam a pegar nossas mulheres. Ficamos doentes o tempo todo e não podemos mais caçar nem cultivar nossas roças. No final, morremos quase todos de suas epidemias *xawara*. (Kopenawa & Albert, 2015, p.332)

A afirmação acima traz diversas questões acerca da problemática do contato da comunidade Yanomami com os brancos, desde as doenças que dizimam grande parte de seus membros, que não tem os anticorpos necessários de defesa, até a busca de imposição do modo de vida branco, querendo ofertar mercadoria e tomar a terra para si, dado que acham que tem direito sobre ela. Kopenawa se refere aos brancos como “povo da mercadoria”, demonstrando sua profunda compreensão da forma como opera a esfera econômica da sociedade ocidental, que visa apenas a produção de lucro.

De acordo com a mitologia Yanomami, *Omama* foi também quem criou os brancos mas separou-os dos povos da floresta de forma a garantir a continuidade de existência de ambos, o que demonstra a perspectiva mais harmônica que os Yanomami possuem do diferente. Porém, como afirma Davi, o “pensamento dos brancos permanece cheio de esquecimento. Eles não sabem sonhar e não sabem como fazer dançar as imagens de seus antepassados. Se as escutassem, elas os impediriam de invadir nossa terra” (Kopenawa & Albert, 2015, p.327) É exatamente esse “esquecimento” que marca o pensamento dos brancos que Davi busca enfrentar ao defender sua floresta e entrar em contato com os *xapiri*, seus antepassados que constantemente o relembra da importância da floresta. “Se nada soubéssemos dos *xapiri*, do mesmo modo nada conheceríamos da floresta e seríamos tão desmemoriados quanto os brancos” (Kopenawa & Albert, 2015, p.330)

As constantes degradações que os garimpeiros infringiram a floresta e aos Yanomami, implicando na morte de diversos xamãs, contribui para uma cada vez maior instabilidade da floresta tal qual existe hoje. Os *xapiri* não são capazes de afastar as doenças dos brancos e se esforçam dia e noite para manutenção da fertilidade e abundância da floresta, porém, se os brancos não pararem de tratar a natureza como algo morto a ser explorado, logo irão contribuir para uma nova queda do céu, que irá assolar não apenas a comunidade de Davi Kopenawa mas toda a humanidade. O valor de nenhuma mercadoria poderia corresponder ao valor

interminável da floresta viva que está sendo destruída e é exatamente essa mensagem que Davi quer transmitir.

É por isso que devemos nos recusar a entregar nossa floresta. Não queremos que se torne uma terra nua e árida cortada por córregos lamacentos. (...) O sopro de nossa vida vale muito mais! Para saber disso, não preciso ficar com os olhos cravados em peles de imagens, como fazem os brancos. Basta-me beber *yãkoana* e sonhar escutando a voz da floresta e os cantos dos *xapiri*. (Kopenawa & Albert, 2015, p.355)

4.5 Reflexões Finais

O Fórum permanente das nações unidas sobre populações indígenas estima que o mundo tem por volta de 370 milhões de pessoas indígenas, que “have retained social, cultural, economic and political characteristics distinct from those of the dominant societies in which they live” (Ramos et. al., 2009, p.3) Tal “definição” de indígena não apresenta características definidoras da categoria, muito pelo contrário traz uma definição negativa, aquilo que os indígenas não são: iguais as sociedades ocidentais que os circundam. Como apresentado por Viveiros de Castro, porém, muitas vezes os indígenas já passaram por um processo de assimilação, ou seja, parecem-se a primeira vista com os homens “modernos”, e com o tempo vão redescobrando a sua indigenidade, o que retoma a importância de não restringir a categoria indígena a algumas características absolutas, dado que é uma categoria intrinsecamente plural. (Viveiros de Castro, 2017)

Dada a pluralidade que a caracteriza, a nomenclatura de indígena como uma categoria que abrange a realidade de milhares de diferentes povos ao redor do mundo é utilizada hoje como uma estratégia política de solidariedade entre essas comunidades de forma a garantir o cumprimento de suas demandas comuns, que circundam a autodeterminação, muitas vezes acompanhada de uma reivindicação do direito a demarcação de terra, categoria essa também ocidental. Assim sendo, é possível observar um esforço por parte das comunidades indígenas para traduzirem suas demandas e fazê-las repercutirem dentro do quadro de conhecimento ocidental, que por sua vez não corresponde na busca por uma compreensão do entendimento indígena de mundo, como fica claro no discurso de Davi Kopenawa que demonstra um esforço por parte dos brancos de assimilar os Yanomami. (Pimenta, 2009; Albert, 1995)

O entendimento de natureza como algo inanimado e externo ao ser humano é o principal ponto de tensão entre as duas realidades, dado que na cosmologia

indígena a natureza é mais uma das muitas partes da humanidade, seja em seu momento presente ou ancestral, como visto na cosmologia Yanomami apresentada. Exatamente por conta dessa compreensão diferenciada de natureza que a destruição da floresta, que ocorre na mão de garimpeiros e madeireiros, que por sua vez trazem diversas doenças, implica também na destruição direta da cultura Yanomami. A epidemia de Coronavírus que assola o mundo inteiro no ano de 2020 não deixou de afetar os Yanomami, o que constitui, de acordo com Bruce Albert:

um símbolo trágico da extrema vulnerabilidade na qual se encontram hoje os povos indígenas frente a alta virulência dessa nova doença. Já maciçamente contaminados pelos Brancos que arrancam freneticamente de suas terras minérios, madeira ou animais selvagens, sem acesso a uma assistência sanitária digna deste nome, os Yanomami estão novamente abandonados a sua própria sorte e condenados à dizimação na indiferença quase total. (Albert, 2020)

A afirmação chama atenção para as diversas maneiras como o convívio com o homem branco e ocidental, que invade as terras indígenas em prol do desenvolvimento, interfere diretamente na continuidade de existência dessas comunidades. “Recusamo-nos a deixar que destruam a nossa floresta porque foi *Omama* que nos fez vir à existência. Queremos apenas continuar vivendo nela do nosso jeito, como fizeram nossos ancestrais antes de nós. Não queremos que ela morra” (Kopenawa & Albert, 2015, p.354) A vontade pela permanência do modo de vida dos ancestrais aponta para percepção fundamental da cosmologia Yanomami, já apontada por Lévi-Strauss de forma mais generalizada, que é a não busca pela transformação, pilar fundamental da empreitada desenvolvimentista.

Conclusão

O desenvolvimento econômico, como apresentado pelo presente trabalho, tem como característica fundamental a imposição de um caminho único a ser percorrido por todos os Estados do sistema global de forma a alcançar o patamar de modernidade dos Estados europeus, ou melhor, do Norte global. Essa doutrina tem origem nos anos 50, quando após o fim da Segunda Guerra Mundial inicia-se um processo de descolonização e valorização da “qualidade de vida”, cujo caminho desenvolvimentista buscava promover de forma universal. As práticas que construíram tal trajetória se modificam ao longo do tempo, porém comum a todas elas é o fato de que os Estados considerados desenvolvidos nunca as percorreram, o que deixa clara a falácia do desenvolvimento no que se trata de sua proposta fundamental, de que seguindo seus pressupostos os países subdesenvolvidos alcançarão a aclamada modernidade europeia. (McEwan, 2019)

Assim sendo, a fim de compreender de fato as consequências e causas do desenvolvimento tal qual opera atualmente, busquei no primeiro capítulo demonstrar o estado das artes dessa teoria-prática, chamando atenção principalmente para como a mesma se configurou no Brasil desde o seu surgimento como valor absoluto do internacional até o momento atual. Como visto, o desenvolvimento permeou todos os governos apresentados, demonstrando a relevância de fato do tema no que se trata dos interstícios de cada Estado, de cada sociedade, dado que está presente independente de posicionamento político, o que não exclui as particularidades de abordagem. Para além disso, ao trazer a discussão para o Brasil, mais aprofundada no segundo capítulo em suas consequências ambientais, a intenção era voltar o olhar para o maior e mais diverso bioma nativo de todo o mundo: a Floresta Amazônica, na qual habitam centenas de povos indígenas que sofrem diretamente com a intrusão da floresta, como foi demonstrado ao longo do trabalho. (Milanez, 2016; Porto-Gonçalves, 2015)

O desmatamento da Amazônia segue batendo recordes no ano de 2020. Além disso, assolados pela pandemia do Coronavírus indígenas amazônicos estão sendo dizimados: a taxa de morte entre os indígenas da Amazônia Legal no Brasil é 150% maior do que a média nacional.¹⁰ Apesar de não parecer diretamente

¹⁰ Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-taxa-de-mortalidade-entre-os-indigenas-da-amazonia-legal-150-maior-do-que-media-nacional-aponta-estudo-24492819>

relacionada ao desenvolvimento, as doenças brancas que surgem em comunidades indígenas, como visto na perspectiva Yanomami, são geralmente trazidas por garimpeiros ou madeireiros (em sua maioria em atividade ilegal) que buscam produzir riqueza a partir dos recursos da floresta. A perspectiva ocidental moderna, como demonstrado no segundo capítulo, enxerga a natureza como algo externo e passível de dominação e por isso falhou por muitos anos em compreender como a degradação do meio ambiente acarreta também em uma ameaça a humanidade, fato amplamente compreendido por outras racionalidades tal qual a Yanomami, que alerta há décadas para o perigo da destruição da floresta. (Kopenawa & Albert, 2015; Dalby, 2014)

A situação atual do Brasil em relação a degradação ambiental apresentada no segundo capítulo, impulsionada pelo desenvolvimento e por ele constituído é precisamente expressa por Viveiros de Castro, no prefácio do livro *A Queda do Céu*, importante referencia ao presente trabalho.

Hoje, ele (o Brasil) está mais para uma corporação empresarial coberta a perder de vista por monoculturas transgênicas e agrotóxicas, crivada de morros invertidos em buracos desconformes de onde se arrancam centenas de milhões de toneladas de minério para exportação, coberta por uma espessa nuvem de petróleo que sufoca nossas cidades enquanto trombeteamos recordes na produção automotiva, entupida por milhares de quilômetros de rios barrados para gerar uma energia de duvidosíssima limpeza e ainda mais questionável destinação, devastada por extensões de floresta e cerrado, grandes como países, derrubadas para dar pastos a 211 milhões de bois (hoje mais numerosos que nossa população de humanos). Enquanto isso, a gente... Bem, a gente continua dizendo adeus – as árvores. Adeus a elas e à República, pelo menos em seu sentido original de *res publica*, de coisa e causa do povo (Viveiros de Castro, 2015, p. 18)

A urgência em relação a esse assunto é expressa pelo antropólogo brasileiro de forma clara e concisa e chama atenção para a necessidade de mudança de orientação, é impreterível que encontremos outras formas de se caminhar no mundo, que não impliquem na destruição de florestas e outros povos.

A busca por essa outra forma de se compreender e operar no mundo foi motivação fundamental do presente trabalho, que buscou demonstrar como a racionalidade que sustenta o desenvolvimento é marcada por violências passadas e presentes, essas que não podem ser ignoradas ou deixadas de lado, como construído no terceiro capítulo. A fim de construir essa outra forma explicitou-se primeiramente o caráter fundamental da racionalidade moderna que é a sua capacidade de excluir alternativas de seu escopo e se colocar como a única forma

valida de existência. Tal autoridade do conhecimento moderno tem origem principalmente no mito europeu de que sua modernidade se originou em si mesma, excluindo da compreensão as violências coloniais que a constituíram. Para além disso, a externalidade da Natureza em relação ao humano, considerada a divisão fundamental da modernidade, é também o que sustenta a tendência da racionalidade moderna que busca assimilar as outras formas de organização à forças da natureza, assim animalizando-as e tornando-as também passível de dominação. (Rojas 2020; Santos, 2007)

A tendência que continua a operar em nosso imaginário de tornar aquilo que é diferente em algo que é comparável a nosso centro de orientação, assim extinguindo sua particularidade, é ponto de mudança fundamental para a construção de uma outra forma de compreender e se colocar no mundo. Como afirma Stengers é necessário que aprendamos a honrar as divergências, compreende-las em suas particularidades e em seus próprios termos sem buscar traduzi-las a uma receita universal. Assim sendo, a racionalidade e a prática moderna tem que aprender a reconhecer a importância de outras formas de vida, sem buscar encaixa-las em seu escopo de entendimento e assim superando o “esquecimento” característico do pensamento branco, apontado por Kopenawa. (Stengers, 2015; Guatarri, 2001; Kopenawa & Albert, 2015)

Construir um mundo no qual opera uma outra forma de lidar com a diferença, de forma a honra-la e não produzi-la como ativamente ausente, resulta necessariamente na construção de um mundo aonde existam diversos entendimentos e incontáveis formas de se existir neste, constituindo assim um mundo pluriversal e não universal. São, portanto, multiformes as alternativas que se construirão ao caminho desenvolvimentista. De forma a escapar da pretensão de apresentar diversas destas de forma muito simplista, o presente trabalho optou por explorar de forma também breve e concisa a alternativa indígena, mais especificamente a Yanomami. Tal escolha, como ficou claro ao longo do trabalho não foi atoa dado que os grupos indígenas são prova contundente de que um outro caminho é possível, mesmo em meio ao autoritarismo do saber ocidental, dado que esses resistem há séculos à empreitada desenvolvimentista, que continua a atacar seu lugar de existência, como visto no segundo e quarto capítulo. (Lang, 2016; Viveiros de Castro, 2017)

A perspectiva Yanonami, como apresentada no ultimo capítulo, tem como vontade fundamental a perpetuação de seu modo de vida, que é o mesmo há séculos e tem como pilar uma relação diferenciada com o mundo natural, articulado em conjunto com o sobrenatural e com o cultural. De acordo com Davi Kopenawa: “Gostaria que os brancos parassem de pensar que a floresta é morta e foi posta lá atoa. Quero faze-los escutar a voz dos *xapiri*, que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes”. (Kopenawa & Albert, 2015, p.65) A floresta, portanto, é viva e assim deve continuar sendo para que os Yanomami sigam existindo sem ser forçadamente assimilados a norma branca ou aniquilados por nossas doenças e projetos desenvolvimentistas.

Para que a forma de compreensão de mundo indígena continue a operar e garantir a saúde da floresta faz-se necessário que a sociedade ocidental pare de negar a forma indígena como válida, como visto no terceiro capítulo, passando a reconhecer a importância de seu conhecimento principalmente em um momento como o que vivemos, de profunda crise ambiental, como apresentado no segundo capítulo. “Hoje compreendo que eles destroem nossa floresta e nos maltratam somente porque somos gente diferentes deles” (Kopenawa & Albert, 2015, p.289) Tal afirmação reitera a crítica fundamental aqui apresentada, para além das consequências ambientais que destroem o planeta, o desenvolvimento precisa aprender a agir de forma a garantir a manutenção de formas diferentes de vida, deixando de se pretender universal para se tornar apenas mais uma dentre muitas formas de caminhar no mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Bruce. **Agora somos todos Índios**. N-1 edições: Pandemia Crítica. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/044> Acesso em: 26.Jun.2020
- _____, Bruce. O Ouro Canibal e a Queda do Céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. **Série Antropológica**. Brasília. 1995
- BABONES, Salvatore. The world-system perspective. In: VELTMEYER, Henry;
- BOWLES, Paul. **The essential guide to critical development studies**. Routledge. 2018.
- BANIWA, Gersem. To Dominate the System and Not to be Dominated by it. IN: RAMOS, Alcida Rita et al., **Indigenising Development, Poverty in Focus Research Report** no. 17, International Policy Centre for Inclusive Growth, Brasília. 2009.
- BBC NEWS MUNDO. Qué se sabe del asesinato de Paulo Paulino Guajajara, el joven de 26 años que dedico su vida a proteger la Amazonía. **BBC News Mundo**. Nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50303344> Acesso em: 08.Mai.2020
- BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armando Dias. **Amazônia: terra e civilização**. Banco da Amazônia. 2004
- BORGES, André. Funai impede visita de servidores a terras indígenas em demarcação. O Estado de S.Paulo. Nov.2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,funai-impede-visita-de-servidores-a-terras-indigenas-em-demarcacao,70003107635> Acesso em: 08.Mai.2020
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. Editora 34. São Paulo. 2003.
- BRONZATTO, Thiago; IRAJÁ, Victor; DA COSTA, Machado. Plano Guedes: o pacote de medidas do ministro para destravar a economia. **Veja**. Jul. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/plano-guedes-o-arsenal-do-ministro-para-por-o-pais-na-rota-do-crescimento/> Acesso em: 23. Abr. 2020
- BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. Zone Books. Nova Iorque. 2015.
- CAMPELO, Lilian. Projeto Grande Carajás desestrutura comunidades e territórios indígenas. **Brasil de Fato**. Mai. 2018. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-desestruturacomunidades-e-territorios-indigenas> Acesso em: 13.Mai.2020

DALBY, Simon. What if we don't take nature for granted?. IN: EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maja. **Global Politics: A new introduction**. Routledge. Nova Iorque. Second Edition. 2014

DANTAS, Carolina. Terras indígenas tem alta de 74% no desmatamento, área mais afetada protege povo isolado. **G1**. Nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/28/terras-indigenas-tem-alta-de-74percent-no-desmatamento-area-mais-afetada-protege-povo-isolado.ghtml>

Acesso em: 08. Mai. 2020

DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Suma Qamaña as strategy of power: politicizing the Pluriverse. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.13, n.3, 2018.

_____, Ana Carolina. The TIPNIS Conflict in Bolivia. **Contexto Internacional** 39.2. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v39n2/0102-8529-cint-2017390200009.pdf> Acesso em: 23. Abr. 2020

DILGER, Gerhard; FILHO, Jorge Pereira. Apresentação à edição brasileira: Ousar pensar “fora da caixa”. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo 2016

ESCOBAR, Arturo. Críticas ao desenvolvimento. In: **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2016.

_____. Arturo. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world**. Princeton University Press. New Jersey. 1995

FELLET, João. Como ‘fim do mundo’ causado por Belo Monte reuniu indígenas separados há quase um século. BBC News Brasil. São Paulo. Set.2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49653939> Acesso em: 14.Mai.2020

FERNANDES, Leonardo; FIDELES, Nina. A política econômica de Bolsonaro: entre o nacionalismo de fachada e o neoliberalismo. Brasil de Fato. São Paulo.

Dez.2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/17/turma-do-paulo-guedes-quer-aprofundar-a-cartilha-neoliberal-diz-leda-paulani> Acesso em: 23.Abr. 2020

FRANK, Andre Gunder. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, vol.18, n.4, 1966.

FRENCH, Jan Hoffman. The power of Definition: Brazils Contribution to Universal Concepts of Indigeneity. **Indiana Journal of Global Legal Studies** 18, n.1. 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro. Rocco. 1992.

GARCIA, Ana; BORBA DE SÁ, Miguel. Brazil: from the margins to the centre? 2018 In: VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul. **The essential guide to critical development studies**. Routledge. 2018.

GIBSON-GRAHAM, J.K. **A Postcapitalist Politics**. University of Minnesota Press. Minneapolis. 2006.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI, **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, número 1, janeiro/abril 2016.

GUAJAJARA, Sônia. Urgente: Mais um indígena do povo Guajajara é assassinado no Maranhão. **Instagram**. Dez.2019 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5x2eIrF7ca/?igshid=3p8xvltiwupc> Acesso em: 08.Mai.2020

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Papirus Editora. 11ª ed. Campinas. 2001
IBGE. **O Brasil Indígena**. IBGE/FUNAI. 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf
Acesso em: 23.Jun.2020

IDOETA, Paula Adamo. O que diz a queixa apresentada contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional. **BBC News Brasil**. Nov.2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50595551> Acesso em: 08.Mai.2020

ISA, Instituto Socio Ambiental. Yanomami. **Povos Indígenas no Brasil**. S.d. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami> Acesso em: 26.Jun.2020.

JACUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo. Editora Fundação Peirópolis, 1998.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses; CIDADE, Lucia Cony Faria. Gestão do Território e Conflitos Socioambientais na Represa de Tucuruí na Amazônia Brasileira.

Polígonos: Revista de Geografia, 14. 2004.

JIMÉNEZ, Carla. Assassinato de líder Guajajara abala comunidade indígena e Moro garante que PF vai investigar. **El País Brasil**. Nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/02/politica/1572726281_632337.html Acesso em: 08.Mai.2020

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v.1 n.2. out.2011/ mar.2012.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. Companhia das Letras. São Paulo. 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras. 1ª ed. São Paulo. 2019

_____, Ailton. **O Amanhã não Está a Venda**. Companhia das Letras. São Paulo. 2020.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo 2016

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos Modernos: Estudo de antropologia simétrica**. Editora 34. São Paulo. 1994.

LAWRENCE, Rebecca; MÖRKENSTAM, Ulf. Indigenous Self-Determination through a government agency: The impossible Task of the Swedish Sámediggi. **International Journal on Minority and Group Rights** 23.1. 2016

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. 4ª ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1993.

LEVITT, Kari Polanyi. History from a critical development perspective. In: VELTMAYER, Henry; BOWLES, Paul. **The essential guide to critical development studies**. Routledge. 2018.

LIMA, Eduardo Campos. Brazil indigenous communities seek to protect lands from populist government. **Crux**. Jun. 2019. Disponível em: <https://cruxnow.com/church-in-the-americas/2019/06/brazil-indigenous-communities-seek-to-protect-lands-from-populist-government/> Acesso em: 26. Jun. 2020.

MARQUES, Luiz. A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil? **UNICAMP: Ciência, Saúde e Sociedade**. 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas> Acesso em: 13.Mai.2020.

MCEWAN, Cheryl. **Postcolonialism, Decoloniality and Development**. Second Edition. Routledge Perspectives on Development. Routledge. 2019

MICHAELIS. Verbetes Desenvolvimento. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. S.d. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento/> Acesso em: 02.Jul.2020

MILANEZ, Felipe. O que pode vir a ser no Brasil a ideia de decrescer? In: **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2016.

MOREIRA, Assis. ‘A Amazônia tem que ser explorada, não abro mão disso’ afirma Bolsonaro em Tóquio. **O Globo**. Out. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/a-amazonia-tem-que-ser-explorada-nao-abro-mao-disso-afirma-bolsonaro-em-toquio-24031112?fbclid=IwAR3gPY_aA9mcOHZgVY4ic2O3s7WM4JF8tcdvfwfSx0gs42roQQWFzcabS-i0 Acesso em: 08.Mai.2020

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1991.

NENHUMA GOTA A MAIS. Jornada Sangue Indígena, Nenhuma Gota a Mais. **Nenhuma Gota a Mais**. S.d. Disponível em: <https://www.nenhumagotamais.org/> Acesso em: 08.Mai.2020

NEVES, Cecília de Sousa. A Questão do Humano: Entre o Humanismo e o Pós-Humanismo. **Revista de Filosofia**. v.12, n.2. Universidade Federal de Uberlândia. Dez. 2015. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/656/372> Acesso em: 10.Mai.2020

NOGUEIRA, Kiko. 8 mil índios mortos: o desastre da Transamazônica, grande “legado” dos militares, segundo Bolsonaro. **DCM**. 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/8-mil-indios-mortos-o-desastre-da->

[transamazonica-grande-legado-dos-militares-segundo-bolsonaro/](#) Acesso em: 08.Mai.2020

PIMENTA, José. Twisting Development: the Ashaninka Way. IN: RAMOS, Alcida Rita et al., **Indigenising Development, Poverty in Focus Research Report** no. 17, International Policy Centre for Inclusive Growth, Brasília. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais** 107. Set. 2015.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **CEPAL/Revista Brasileira de Economia**. 1950.

PUTTI, Alexandre. Bolsonaro: “Enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena. **Carta Capital**. Ago.2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-enquanto-eu-for-presidente-nao-tem-demarcacao-de-terra-indigena/> Acesso em: 08.Mai.2020

_____, Anibal. Coloniality and Modernity/Rationality. **Cultural Studies** 21 (2-3). 2007

QUIJANO, Anibal. **El fantasma del desarrollo en America Latina**. Mimeo. Lima. 1999.

RAMOS, Alcida Rita et al. **Indigenising Development**, Poverty in Focus Research Report no.17, International Policy Centre for Inclusive Growth, Brasília. 2009.

ROJAS, Cristina. Contestando as lógicas coloniais do internacional: Rumo a uma política relacional para o pluriverso. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados. V.8 n.15, jan./jun. 2020.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a Emancipação Social**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2007

SIQUEIRA, André. Bolsonaro, Mourão, Azevedo: os elogios do governo à ditadura militar. **Veja**. Mar. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-mourao-azevedo-os-elogios-do-governo-a-ditadura-militar/> Acesso em: 01.Jul. 2020.

SOLÓN, Pablo. Introdução. IN: SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Editora Elefante. São Paulo. 2019

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes: Resistir à Barbárie que se aproxima.** Cosacnaify. São Paulo. 2015

STROCHERO, Tahiane. Comissão denuncia Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional por supostamente promover ataques contra os povos indígenas. **G1 SP.** Nov.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/28/comissao-denuncia-bolsonaro-ao-tribunal-penal-internacional-por-supostamente-promover-ataques-contr-os-povos-indigenas.ghtml> Acesso em: 08.Mai.2020

TETREAULT, Darcy. Capitalism versus the environment. In: VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul. **The essential guide to critical development studies.** Routledge. 2018.

TURNER, Terence. The Role of Indigenous Peoples in Environmental Crisis: the Example of the Kayapo of the Brazilian Amazon. **Perspectives in Biology and Medicine.** 36.3. pp. 526-545. 1993.

TURNER, Terence; FAJANS-TURNER, Vanessa. Political innovation and inter-ethnic alliance: Kayapo resistance to the developmentalist state. **Anthropology Today** Vol. 22 no.5. October 2006.

VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul. Critical Development Studies: An Introduction. In: VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul. **The essential guide to critical development studies.** Routledge. 2018.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; HIGUCHI, Horácio. A Amazônia no Antropoceno. **Cienc. Cult.** Vol. 70. No.1 São Paulo. Jan/Mar.2018

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Série intempestiva: Caderno de Leituras** n.65. Edições Chão de Feira. Belo Horizonte. Mai. 2017.

_____, Eduardo. Prefácio: O Recado da Mata. IN: KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami.** Companhia das Letras. São Paulo. 2015.

ZIBECHI, Raul. Extractive Capitalism and Subterranean resistances. In: VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul. **The essential guide to critical development studies.** Routledge. 2018.